

 **Texto**  
para discussão

226

**Metodologia da  
macroeconomia  
comportamental**

**Fernando Nogueira da Costa**

**Dezembro 2013**

Instituto de Economia  
**UNICAMP** 

# Metodologia da macroeconomia comportamental

Fernando Nogueira da Costa <sup>1</sup>

## Resumo

As Finanças Comportamentais compõem uma Teoria das Decisões, portanto, é uma teoria microeconômica. Qual seria a Macroeconomia resultante dessa Economia Comportamental? Esse é um desafio teórico a respeito do qual este Texto para Discussão propõe uma reflexão metodológica. Uma Macroeconomia Comportamental não pode ser apenas *holista*; é necessário construir a *ontologia* de seus elementos. O *pensamento sistêmico* não nega o racionalismo, mas acredita que nem todas as decisões dos seres humanos sejam racionais. Compreender a resultante dos comportamentos individuais heterogêneos exige *conhecimento interdisciplinar* tanto para entender essa individualização quanto para perceber sua sistematização. O objetivo é alcançar uma *visão sistemática*, isto é, uma capacidade de identificar as ligações entre comportamentos particulares e fatos sociais do sistema como um todo.

**Palavras-chave:** História do Pensamento Econômico; Metodologia Econômica.

## Abstract

### *Methodology of Behavioral Macroeconomics*

The Behavioral Finance compose a Theory of Decisions, therefore, is a microeconomic theory. What would Macroeconomics resulting from behavioral economics? This is a theoretical challenge in respect of which this Discussion Paper proposes a methodological reflection. A Behavioral Macroeconomics can not only be holistic, it is necessary to build the ontology of its elements. Systems thinking does not deny rationalism, but believes that not all decisions are rational human beings. Understanding the resulting of individual behavior heterogeneous requires interdisciplinary knowledge to both understand this individualization as to realize its systematization. The goal is to achieve a systematic, that is, an ability to identify links to social facts and particular behaviors of the system as a whole.

**Keywords:** History of thought; Individuals; Economic Methodology.

**Classificação JEL / JEL Classification** B31, B41.

## Introdução

John Locke (1632-1704) é protagonista do *empirismo*. Para ele, as pessoas nascem sem *ideia inata*, ao contrário do que supunha o *racionalismo*. Elas aprendem pela experiência ou por tentativa e erro. É o marco inaugural do *behaviorismo*.

---

(1) Professor-adjunto/livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp. IE). <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/> <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>. E-mail: [fercos@eco.unicamp.br](mailto:fercos@eco.unicamp.br).

Locke tratou da “*Da identidade e diversidade*”, apresentando sua visão de *identidade pessoal* em que faz uma distinção entre a identidade do átomo, a do conjunto de átomos e a das coisas vivas. Cada *átomo individual* é o mesmo no tempo, ou seja, permanece como tal mesmo enquanto o tempo passa. Assim, não haveria nenhum problema sobre a identidade dos átomos. Já *massas de átomos* são individuadas por seus átomos constituintes independentemente da forma como eles são organizados.

O *atomismo* grego afirmava que os menores componentes da matéria são corpúsculos indivisíveis em movimento em um vazio infinito. Mais adiante, os filósofos gregos substituíram o *indeterminismo* do movimento dos átomos pelo *determinismo*. O *cosmo*, isto é, o mundo e todas as coisas, inclusive a alma, são formadas por um turbilhão de infinitos átomos de diversos formatos que jorram ao acaso e se chocam. Com o tempo, *alguns se unem* por suas características e *muitos outros se chocam sem formar nada*, porque as formas não se encaixam ou se encaixam fracamente.

Posteriormente, houve o abandono da ideia de turbilhão de átomos ao se afirmar que os átomos possuem peso e, por isso, percorrem linhas retilíneas paralelas, tal como objetos em queda livre. Ocasionalmente, cada átomo exhibe, espontaneamente, *um desvio mínimo da linha reta, indeterminado e imprevisível*. Isto é o que explicaria *o choque e o encontro entre os átomos*. Essa ideia é retomada pela Teoria do Caos.

A tradição neoclássica walrasiana adotou o *atomismo* como uma das três premissas para idealizar o Modelo de Equilíbrio Geral. As outras duas são *racionalismo e informações perfeitas*. A flexibilidade dos preços, deduzida do atomismo, foi questionado pela diversidade de poderes de mercado dos agentes econômicos apresentada nas Teorias de Concorrência Imperfeita. O monetarismo destacou a defasagem de informações através de expectativas adaptativas. O novo-classicismo substituiu-as por expectativas racionais. O novo-keynesianismo identificou a assimetria de informações e a rigidez de preços via contratos, custo de menu, relações de clientela, etc.

As Finanças Racionais, assim como todas essas correntes do pensamento dominante, manteve *a premissa da racionalidade* dos agentes econômicos, pressuposto que as Finanças Comportamentais criticaram. Seus testes colocaram em dúvida a adoção por todos eles do critério de fluxos de caixa descontados para a escolha dos investimentos e do cálculo das covariâncias dos ativos para a diversificação de riscos, e a Hipótese do Mercado Eficiente. Apenas essa corrente comportamentalista parte do *pressuposto de irracionalidade*, demonstrando que os investidores baseiam suas decisões em regras práticas, tendo crenças enviesadas e sofrendo inconsistência de raciocínio de acordo com a forma como o problema é apresentado. Esses vieses heurísticos e “os enquadramentos” desviam os preços de seus fundamentos, não sendo apenas pequenas anomalias randômicas corrigidas por arbitragem. Logo, deduz: o mercado é ineficiente no apreçamento.

Mas as Finanças Comportamentais compõem uma Teoria das Decisões, portanto, é microeconômica. Qual seria a Macroeconomia resultante dessa Economia Comportamental? Esse é um desafio teórico a respeito do qual este Texto para Discussão propõe uma reflexão metodológica. Em

*sistemas dinâmicos complexos*, determinados resultados podem ser instáveis no que diz respeito à evolução temporal ocorrida em função de suas variáveis. Resultados incertos são causados pela *ação* e *iteração* de elementos constituintes de forma praticamente aleatória.

A consequência desta *instabilidade dos resultados* é que mesmo sistemas determinísticos, os quais tem resultados determinados por leis de evolução bem definidas, apresentam uma grande sensibilidade a perturbações (“ruídos”) e erros, o que leva a resultados que são, na prática, imprevisíveis ou aleatórios, ocorrendo ao acaso. Mesmo em sistemas nos quais não há ruído, pequenos desvios entre a condição inicial e o estado atual do sistema podem ser amplificados pela não-linearidade ou pelo grande número de interações entre os componentes, levando ao resultado aleatório. É o chamado *Caos Determinístico* do “efeito-borboleta”.

Quando se tem a associação concomitante de vários agentes executores de ações que contribuem para uma ação mimetizada, apesar dela não ser coletivamente racional. Ela se camufla em um *comportamento de manada*. O somatório de esforços em prol do mesmo fim – maximização de ganho de capital seguindo “o líder”, ou seja, a tendência de alta da cotação –, produz *sinergia*. O efeito resultante da atuação conjunta desses agentes pode ser um valor de mercado superior ao valor que seria se cada qual atuasse, individualmente, na precificação. A cotação descola dos fundamentos em situações de “bolhas”. Isto quer dizer que “*o todo supera a soma das partes*”.

*Holismo* é a ideia de que as propriedades de um sistema, inclusive o composto por seres humanos, não podem ser explicadas apenas pela soma dos seus componentes. Nesse caso, *o sistema como um todo determina como se comportam as partes*.

Esse método de análise vê o mundo como um todo integrado, como um organismo. O *holismo* é o *não-reducionismo* por ser o oposto do reducionismo do pensamento cartesiano. Sendo assim, é o oposto de *atomismo*.

A *abordagem sistêmica* foi desenvolvida a partir da necessidade de explicações complexas exigidas pela ciência. *Visão sistemática* é a capacidade de identificar as ligações de fatos particulares do sistema como um todo.

O *pensamento sistêmico* não nega a racionalidade científica, mas acredita que ela não oferece parâmetros suficientes para explicar o comportamento humano. Por isso, deve ser desenvolvida conjuntamente com a subjetividade existente nas artes e diversas tradições culturais. Exige *a interdisciplinaridade*.

*Ontologias* são utilizadas como uma forma de representação de conhecimento sobre o mundo ou alguma parte deste. Geralmente, descrevem indivíduos, classes, atributos e relacionamentos. Uma Macroeconomia Comportamental não pode ser apenas *holista*; é necessário construir sua *ontologia*. Em Sociologia, quando o indivíduo busca se diferenciar do grupo ao qual ele pertence, chama-se *individualização*.

Uma Macroeconomia Comportamental teria seus fundamentos microeconômicos estabelecidos nas descobertas das Finanças Comportamentais, entre outras, que os agentes tomadores de decisões levam em conta *a contextualização e/ou o enquadramento*. Eles analisam, então, *o cenário macroeconômico esperado*. Certamente, este não se trata de um *equilíbrio geral*, mas sim de uma *instabilidade caótica*. Para eles, a Teoria do Caos é mais oportuna do que o Modelo de Equilíbrio Geral...

A Macroeconomia Comportamental é um pensamento ainda não *de todo* elaborado, com ideias vagas, incertas, inconclusas. Mas já se pode afirmar que há uma relação biunívoca entre a Macroeconomia Comportamental e a Microeconomia Comportamental. O relacionamento entre essas partes se dá em uma espécie de “via de mão-dupla”. O todo é a Economia Comportamental.

Esse percurso teórico partirá da análise dos diversos métodos dos filósofos gregos – *racionalistas e empiristas* –, inspiração seminal, respectivamente, dos *métodos abstrato-dedutivo e histórico-indutivo* a serem apoios do que se exporá adiante. Em seguida, analisará *o individualismo libertário*, isto é, a ideia-chave para revoluções e conquistas sociais nos séculos XVII e XVIII. Então politicamente progressista, o individualismo necessitava da *Economia Política da Ordem Espontânea* para lhe dar uma legitimidade racionalista. A ideia dos *indivíduos autônomos* é abarcada pela ideologia do *liberalismo econômico*, desde o princípio do “*laissez-faire*” ou da não-interferência governamental até o *ultra-liberalismo* da Escola Austríaca, ressurgindo recentemente através do *neoliberalismo*. Por sua vez, o trajeto metodológico histórico-indutivo parte da análise do método marxista “*concreto-abstrato-concreto pensado*” e alcança os comportamentos observados no *individualismo irracional* e na *loucura coletiva*. A conclusão recapitulará os fundamentos microeconômicos da macroeconomia dinâmica comportamental.

## 1 Métodos dos Filósofos Gregos

### 1.1 Método Socrático ou Dialético

Sócrates (469-399 a.C.) formulava, insistentemente, *perguntas* que o interessavam e, ao fazê-lo, desenvolveu *uma nova maneira de pensar, um novo modo de investigar o que pensamos*. Isso ficou conhecido como **Método Socrático ou Dialético**, porque se encaminha como *um diálogo entre visões opostas*.

Ele não procurava respostas ou explicações definitivas, somente investigava a base dos conceitos que aplicamos a nós mesmos, porque acreditava que *compreender o que somos é a primeira tarefa da Filosofia*. Esta significa “*amor pela sabedoria*”, sentimento experimentado apenas pelo ser humano consciente de sua própria ignorância.

Sua **investigação sobre a vida** era *um processo de questionamento de significados de conceitos essenciais que usamos todos os dias*, mas sobre os quais nunca pensamos. Esse *questionamento* sobre as crenças mais arraigadas (e sobre as próprias pessoas crentes) lhe rendeu inimigos, porém não o demoveu da empreitada, pois “*a vida irrefletida não vale a pena ser vivida*”.

O **Método Socrático** para questionar o conhecimento dos considerados sábios é assumir o ponto de vista de quem nada sabe e, simplesmente, fazer perguntas, expondo contradições nas argumentações e brechas nas respostas para, gradualmente, extrair *insights*, ou seja, *percepções*. Tal como no ofício de uma parteira, *o questionador auxilia o nascimento de ideias*.

*O homem mais sábio declara que não sabe nada*. Para adquirir o conhecimento acerca do mundo e de si mesmo é necessário *compreender os limites da própria ignorância e remover as ideias preconcebidas*. Só então se pode ter esperança de determinar a verdade.

A **missão do filósofo** não é a de instruir as pessoas, nem mesmo aprender o que elas sabem, mas *explorar as ideias que elas têm*. É a conversa em si que proporciona *insights* ou percepções. Por uma *série de perguntas*, o Método Socrático revela *as ideias e as pressuposições* do interlocutor e, então, *ex põe as contradições* nesse discurso e leva o outro a concordar com *um novo conjunto de conclusões*.

Esse método de *examinar um argumento por meio da discussão racional a partir de uma posição de ignorância* revolucionou o pensamento filosófico. Foi o primeiro uso do **argumento indutivo**, no qual *um conjunto de premissas baseadas em experiências é inicialmente confirmado como verdadeiro e então testado leva a uma verdade universal na conclusão*. Essa forma de argumentação tornou-se o alicerce não apenas da Filosofia Ocidental, mas de todas as ciências empíricas.

## 1.2 Pensamento Platônico

Platão (427-347 a.C.) sugeriu que, antes de nos referirmos a qualquer *conceito moral*, em nosso pensamento ou raciocínio, devemos primeiro explorar *o que queremos dizer com esse conceito e o que o torna precisamente o tipo coisa que é*.

Como reconheceríamos *a forma correta ou perfeita de qualquer coisa*, isto é, uma forma que fosse verdadeira para todas as sociedades e épocas? Platão sugere que deve existir alguma espécie de *forma ideal das coisas* no mundo em que vivemos, sejam essas coisas *conceitos morais*, sejam *objetos físicos*, da qual *estamos cientes de alguma forma*.

Quando vemos **objetos** no mundo ao nosso redor, *sabemos o que é*. Em suas várias espécies, ainda que sejam ainda mais variados, *compartilham certa característica*, que é algo que nos permite reconhecer e que nos permite dizer que sabemos o que é. Além do fato de existir uma *característica compartilhada*, todos nos temos em nossas mentes *uma ideia de um objeto físico ou de um conceito moral que seria o ideal*, que usamos para reconhecer qualquer exemplar específico.

Platão, na **área de Epistemologia**, isto é, da reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, especialmente nas relações que se estabelecem entre *o sujeito indagativo e o objeto inerte*, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo, formulou uma *Teoria do Conhecimento* com base na *abordagem do racionalismo*. Segundo ele, “o verdadeiro conhecimento é alcançado pela *razão* em vez dos *sentidos*”.

Sabemos da veracidade de afirmações matemáticas, ainda que não exista visível em nenhum lugar no mundo natural. Apesar disso, *conseguimos apreender os conceitos em nossas mentes, usando a razão.*

Platão especulou, então, se tais *formas perfeitas* poderiam existir em algum lugar. O raciocínio levou-o a uma única conclusão: deve haver um *mundo de ideias*, ou formas, totalmente separado do *mundo material*. Lá, a ideia de formas ideais ou perfeitas existiria. Os sentidos humanos não conseguem perceber tal lugar; ele só nos é perceptível pela razão.

Platão foi mais além ao afirmar que *o reino de ideias é, de fato, “a realidade”*, e o mundo que nos cerca é moldado por essa outra realidade. Deu origem ao **idealismo** na Filosofia Ocidental.

Tudo que nossos sentidos apreendem no mundo material não passa de simples sombras da realidade. Essa *crença platônica* é base de sua **Teoria das Formas**: para cada coisa na terra que temos o poder de apreender com nossos sentidos há uma correspondente “*forma*” ou “*ideia*”, isto é, uma eterna e perfeita realidade daquela coisa no *mundo das ideias*.

Como o que apreendemos pelos sentidos é baseado em uma experiência de “*sombras*” *imperfeitas ou incompletas da realidade*, não podemos ter um *conhecimento real* das coisas. No máximo, podemos ter *opiniões*, mas *conhecimento genuíno* só pode vir do *estudo das ideias*, e isso só pode ser *alcançado pela razão*.

Essa separação em dois mundos distintos – um, da *aparência*, e o outro, *realidade de fato* – solucionou *o problema da busca de constantes em um mundo aparentemente em transformação*. O mundo material pode estar sujeito a mudança, mas *o mundo das ideias é eterno e imutável*.

Os seres humanos são divididos em duas partes: *corpo e mente*. *Nossos corpos possuem sentidos*, por meio dos quais somos capazes de apreender o mundo material, enquanto *a mente possui a razão*, com a qual podemos apreender o reino das ideias.

Para Platão, *a tarefa do filósofo é usar a razão para descobrir as formas ideais ou ideias*. Aqueles que são fieis à vocação da Filosofia deveriam ser *a classe dominante*, pois somente o verdadeiro filósofo poderia entender a natureza do mundo e a verdade dos valores morais.

As ideias de Platão chegaram até o islamismo medieval e os pensadores cristãos, que combinaram suas ideias com as da Igreja Católica. Ao propor que *o uso da razão, em vez da observação, é o único caminho para adquirir conhecimento*, Platão lançou os alicerces para o **racionalismo** do século XVII. Ele fundou em Atenas uma escola conhecida como **Academia**.

### 1.3 Raciocínio Aristotélico

Aristóteles (384-322 a.C.) permaneceu na Academia, como aluno e professor, até a morte de Platão. Embora este tenha sido seu mestre, ele tinha a impressão de que sua Teoria das Formas estava

errada. O discípulo usou o **argumento do Terceiro Homem** para refutar aquela teoria: se no reino das formas existe uma perfeita forma do Homem a partir da qual os homens da terra são moldados, essa forma, para ter qualquer essência concebível, teria de ser baseada em uma “forma da forma do Homem”; por sua vez, esta também teria de ser baseada em uma forma mais elevada, na qual “as formas das formas são baseadas”, e assim por diante, *ad infinitum*.

O **argumento posterior de Aristóteles contra a Teoria das Formas** foi mais simples e diretamente relacionado com estudos sobre o mundo natural. Ele percebeu que era simplesmente desnecessário assumir que há um mundo hipotético das formas, quando *a realidade das coisas pode ser vista aqui na terra, inerente às coisas cotidianas*.

Os interesses científicos de Aristóteles se voltaram para o que hoje chamamos de **Ciências Biológicas**, enquanto a formação de Platão tinha sido firmemente baseada na Matemática – ou **Ciências Exatas**. Essa diferença entre formações ajuda a explicar as distintas abordagens, respectivamente, *o empirismo e o racionalismo*. A **Matemática** lida com conceitos abstratos distantes do mundo cotidiano, ao passo que a **Biologia** trabalha com o mundo à nossa volta e baseia-se quase unicamente na observação. Assim, Aristóteles considerava que certas constantes podem ser descobertas investigando-se o mundo natural.

*Sem desconfiar de nossos sentidos, ele contava com eles na busca da evidência para apoiar suas teorias*. Ao estudar o mundo natural, ele aprendeu que, ao observar as características de cada exemplo de planta ou animal específico, podia construir um retrato completo sobre o que distinguia de outras plantas ou animais. Tais estudos confirmaram o que ele já acreditava: *não nascemos com a capacidade inata para reconhecer formas*, como defendia Platão.

Através de nossa *experiência do mundo*, aprendemos quais as características compartilhadas que tornam as coisas aquilo que elas são. *A única maneira de experimentar o mundo é por meio dos sentidos*.

Aristóteles preocupou-se também em *encontrar algum fundamento imutável e eterno em um mundo caracterizado pela mudança*. Mas concluiu que não há necessidade de procurar por esse lastro em um mundo de formas perceptíveis apenas à mente. A evidência estaria aqui, no mundo à nossa volta, perceptível pelos sentidos.

Ele acreditava que as coisas no mundo material não são cópias imperfeitas de alguma forma ideal de si mesmas, mas que *a forma essencial de uma coisa é, na verdade, inerente a cada exemplo dessa coisa*. Ao estudar coisas particulares, portanto, conseguimos alcançar um *insight*, ou seja, uma percepção sobre sua natureza universal e imutável. O que é verdadeiro em relação aos exemplos no mundo natural também é verdadeiro acerca dos *conceitos* relacionados aos seres humanos.

Como Aristóteles observou, *quando nascemos, nossas mentes são como “folhas em branco”, e quaisquer ideias que alcançamos só podem ser concebidas por meio de nossos sentidos*. Ao nascer, *não temos ideias inatas*, então não podemos ter noção de certo ou errado. No entanto, quando encontramos



exemplos de Justiça ao longo de nossas vidas, aprendemos a reconhecer as qualidades que tais exemplos tem em comum e, aos poucos, construímos e refinamos a compreensão do que é Justiça. Em outras palavras, *a única maneira com a qual podemos vir a conhecer a ideia eterna e imutável de Justiça é observando como ela se manifesta no mundo à nossa volta.*

Assim, Aristóteles afastou-se de Platão não ao negar que *as qualidades universais* existam, mas ao questionar sua natureza e *os meios pelos quais chegamos a conhecê-las*. Esta é **a questão fundamental da Epistemologia ou Teoria do Conhecimento**.

Essa mesma diferença de opinião sobre *como chegamos a verdades universais*, mais adiante, dividiu os filósofos em dois campo separados:

1. os **racionalistas** como René Descartes, Immanuel Kant e Gottfried Leibniz, que acreditam em *um conhecimento a priori ou inato*;
2. os **empiristas**, incluindo John Locke, George Berkeley e David Hume, que afirmam que *todo conhecimento vem da experiência*.

No século XVII, **o debate entre empiristas e racionalistas** alcançou o ápice depois que René Descartes publicou seu *Discurso sobre o Método*. Novamente, as diferenças entre os filósofos eram tanto em relação ao *temperamento* quanto em relação à *substância* – o *continental* versus o *insular*; o *poético* versus o *acadêmico*; o *platônico* versus o *aristotélico*.

Nosso foco, no início do século XXI, será sobre **o debate entre comportamentalistas e racionalistas**. Levantamos a hipótese de que, para o Programa de Pesquisa Científica (PPC) das Finanças Comportamentais tornar-se *progressivo* e superar o PPC das Finanças Racionais, com caráter *regressivo*, será relevante deduzir uma teoria macroeconômica a partir de suas teorias de decisões microeconômicas.

## **2 Individualismo Libertário e Racionalidade da Ordem Espontânea**

### **2.1 Pensamento Religioso: Preço e Moralidade**

Segundo a corrente de pensamento dominante em Economia, o *preço justo* de qualquer coisa é apenas o *preço de mercado*. Supostamente, é o preço que as pessoas estão dispostas a pagar. Não haveria aspecto moral algum no estabelecimento desse preço porque a precificação seria o resultado direto da oferta e da demanda.

Poucos comerciantes, cobrando a mais que esse preço, estariam pedindo um preço além do que a turba de consumidores teria disposição de pagar. Eles abandonariam aquele produto, mesmo que fosse da cesta básica de consumo para a sobrevivência. Então, os comerciantes seriam forçados a baixar o preço.

Os economistas idolatras de O Mercado consideram-no a única maneira de determinar preços, já que nada tem um valor intrínseco. Essa ideia de que O Mercado deve fixar os preços contrasta, nitidamente, com o ponto de vista de São Tomás de Aquino em sua *Suma Teológica* (1265-73), um dos primeiros estudos de O Mercado.

Para Aquino (1225-1274), monge erudito da Idade Média, *o preço era uma questão profundamente moral*. Ele admitia que a ganância ser um pecado mortal, mas, ao mesmo tempo, entendia que, se um comerciante não tivesse o incentivo do lucro, ele deixaria o comércio e a comunidade seria privada das mercadorias que necessita.

Aquino concluiu que o comerciante pode cobrar um “preço justo”, o que inclui um “lucro decente”, mas exclui o “lucro excessivo”, que é pecaminoso. Esse *preço justo* é apenas aquele que o comprador concorda livremente em pagar, dispondo de informações honestas. O vendedor não é obrigado a contar ao comprador, por exemplo, que poderá baixar o preço em futuro breve, logo que um navio atracar com mercadorias mais baratas.

A questão do preço e moralidade continua na tradição religiosa da Economia Normativa – “*o que deveria ser*”. Por exemplo, discute-se hoje o “preço justo” do bônus dos CEOs e de executivos do mercado financeiro face ao valor do salário mínimo.

Os economistas neoliberais defensores do Livre Mercado rejeitam qualquer interferência externa, seja sindical, seja governamental, para “corrigir” o valor de mercado. O preço deve ser fixado por “estimativa comum”, fundada na qualidade do bem e na abundância / carência, expressa através do automatismo da oferta e da demanda. Acham que o erro seria impor restrições a tais preços por razões econômicas ou morais, tais como a “necessidade social”, pois “os preços que determinam a necessidade”!

Passam-se os séculos e essa moralidade não se altera substancialmente. Em 1970, o economista norte-americano Eugene Fama (Prêmio Nobel de Economia em 2013) conclui que é impossível vencer, continuamente. O Mercado, isto é, os investidores não conseguem adivinhar os preços futuros e superar, sistematicamente, o desempenho agregado do mercado de ações. É a chamada Hipótese do Mercado Eficiente.

Fama afirmou que todos os investidores tem acesso às mesmas informações divulgadas que seus concorrentes, de modo que os preços das ações refletem por completo o conhecimento disponível no momento. Como ninguém consegue adivinhar o conteúdo positivo ou negativo da próxima novidade a ser anunciada, seria impossível alguns investidores terem lucro sempre maior do que os outros usando informações indisponíveis. Usar informações privilegiadas (“*inside-information*”) é ilegal e passível de punição por parte da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

No entanto, a Hipótese do Mercado Eficiente, uma das três ideias-capitais das Finanças Racionais, sofreu crítica por parte das Finanças Comportamentais. Ela não leva em conta o viés

heurístico de excesso de confiança dos investidores nem o “comportamento de manada” resultante do mimetismo deles. A exuberância irracional que infla bolha de ações ou outros ativos como os imóveis é autoengano de que “um novo mundo justifica novos fundamentos para os preços”.

Originalmente, Fama dizia que investidores desinformados, que desviassem o rumo do mercado, fazendo as cotações ficarem “um tanto irracionais”, sofreriam arbitragem por parte dos outros investidores bem-informados e racionais e seriam expelidos de O Mercado. Após a crise financeira de 2008, reconheceu que “a volatilidade é sempre muito alta nos momentos difíceis. Isso é exatamente o que seria de se esperar em um mercado eficiente.” Talvez ironicamente, ele acrescentou: “Eu achei que [2008] foi uma grande experiência que validou a teoria. Mas fui a única pessoa no mundo que viu a coisa desse jeito”.

As bolhas econômicas surgem porque as multidões geram loucura coletiva. Compram em excesso ações já caras demais. As cotações se tornam insustentavelmente altos quando se reverterem as expectativas, perde-se a confiança na continuidade da alta dos preços, e O Mercado desaba!

Robert Shiller, outro ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2013, aplicou Psicologia Comportamental para mostrar que, pelo contrário da Hipótese do Mercado Eficiente, os mercados muitas vezes comportam-se de modo irracional. Seu livro “*Exuberância Irracional*” foi publicado pouco antes do estouro da “bolha pontocom”, em 2000, quando ele advertiu para uma bolha imobiliária nos EUA – isso antes de os preços dos imóveis caírem.

Há apenas uma justificativa para dois economistas com ideias antagônicas compartilhar um Prêmio Nobel. A Hipótese do Mercado Eficiente de Eugene Fama influencia decisões práticas, pois continua sendo extremamente difícil para qualquer investidor conseguir um desempenho superior ao comportamento de O Mercado como um todo, durante anos a fio. Se não pode vencê-lo, alie-se a ele... e adote uma gestão passiva de seu portfólio, compondo-o de maneira a acompanhar o índice representativo de todo O Mercado.

## 2.2 Ideia de Ordem Espontânea

A ideia de “*ordem espontânea*” foi proposta, em 1714, pelo escritor holandês Bernard de Mandeville em seu poema *A Fábula das Abelhas*. Contava a história de uma colmeia que prosperava mesmo com os “vícios” ou comportamentos egoístas das abelhas. Quando estas se tornaram virtuosas, não agindo mais em interesse próprio, mas sim pelo bem comum a todas, a colmeia desandou!

Adam Smith (1723-1790) teria se inspirado nesse poema para imaginar como as ações de indivíduos livres resultavam em um mercado ordenado e estável, em que se pudesse produzir, comprar e vender o que se quisesse, sem maiores desperdícios e carências. No mesmo ano da Declaração da Independência dos Estados Unidos (1776), ele publicou *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*.

Era contexto histórico ideal para apresentar *a ideia-chave do individualismo libertário*: o homem com sua liberdade, rivalidade e desejo de maximizar seus ganhos seria “*guiado por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte de sua intenção*”. O homem libertado da servidão agiria, mesmo que fosse de modo involuntário, em nome do interesse maior da sociedade. *A ideia de condução divina dos homens se mantém, embora O Deus-Mercado tenha tomado o posto de autorregulação...*

O povo poderia usufruir da nova liberdade de escolha entre vender sua força de trabalho ou morrer de fome... Era escolha melhor *trocar para si* do que apenas para o outro: o senhor de seu feudo. *Face a essa alternativa, acabaria trocando a Feira de Aldeia Medieval por O Senhor Mercado!*

Smith achava os mercados cruciais para uma sociedade justa. Com a liberdade de compra e venda, usufruía-se de *liberdade natural*. Seus conceitos de barganha e interesse próprio levavam à dedução de diferentes tipos de acordos para o interesse comum.

Ele admitia que os motivos dos seres humanos eram em parte benevolentes ou altruístas, mas a parte movida por interesse próprio seria predominante. A abordagem social é empírica ou sensorial: em geral, cada indivíduo se considera melhor do que os outros. Em consequência, cada qual se imagina dotado apenas de *virtudes* e tende a transferir todos os *vícios*, entre os quais o egoísmo, aos demais.

Na psicologia da barganha, um lado instiga o outro com argumento que atinge o amor-próprio: “*a melhor maneira de conseguir o que você quer é me dar o que eu quero*”. Além do *sistema emocional automático*, afeta também o *sistema reflexivo racional* do outro: *todos se beneficiam dos atos voluntários de intercâmbio econômico, caso contrário, não os executariam*.

A troca de coisas úteis é uma característica da raça humana, pois os animais supostamente irracionais não a executam. Se o irracional deseja algo, ele parte para a conquista com base na força ou na sedução, solicitando os préstimos com base em adulação.

Avançando a civilidade na vida social, impõe-se a cooperação e a assistência entre um grande número de pessoas, cuja produção de bens e/ou prestação de serviços não podem depender apenas da boa vontade alheia tal como Blanche du Bois, personagem de Tennessee Williams, na peça de sua autoria, “*Um bonde chamado desejo*”. Na cena final, ela diz: “*Eu sempre dependi da bondade alheia!*” Somente os incapazes de trabalhar tem de depender da caridade.

Smith diria: “*o Homem é um animal que realiza barganhas*”. A barganha é realizada ao se propor um trato que atenda ao interesse próprio de ambas as partes. Essa capacidade de fazer barganhas colocou fim à exigência de autossuficiência, tornando possível a especialização individual em determinada produção de bens ou serviços.

A *divisão de trabalho* entre os especialistas permite o compartilhamento da linha de produção e o aumento da produtividade. Os trabalhadores não especializados não conseguem sobreviver em tal sistema. Essa divisão de trabalho leva à necessidade de escolha mercantil e institucional do que é

*dinheiro*, para cumprir as funções monetárias de meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor, abolindo a necessidade de permuta direta ou escambo entre produtos.

A sequência lógica do argumento liberal seria *divisão de trabalho – aumento da produtividade – elevação da riqueza universal – sociedade bem ordenada*. Esta seria uma sociedade não dividida pela competição, mas unida pela barganha baseada no mútuo interesse próprio. Em condições de perfeita liberdade, O Mercado pode levar ao estado de perfeita igualdade, em que todo o mundo é livre para buscar seus próprios interesses, desde que estejam de acordo com as leis da justiça: *eis o credo liberal*.

A “*mão invisível*” de *O Mercado*, submetido às leis de oferta e demanda, regularia a quantidade de bens e serviços disponíveis e os avaliaria de maneira muito mais eficiente do que qualquer “*mão visível*” de *O Estado*. Cabe, então, a este governo limitar-se a desempenhar apenas as funções essenciais de garantir a defesa e a segurança pública. Educação e saúde seriam bens públicos ou poderiam ser privatizadas? Esse dilema continua insolúvel em muitos países.

“*Laissez faire, laissez aller, laissez passer*”, que significa literalmente “*deixai fazer, deixai ir, deixai passar*”, é expressão usada em Economia em defesa do Estado mínimo. A visão de Smith era essencialmente otimista, considerando a Economia de Mercado Livre adequada para uma sociedade perfeitamente funcional.

No final do Século XVIII, em plena era das revoluções burguesas, era então revolucionário esse ideário que advogava a doutrina do comércio livre e desregulamentado. Atacava os exclusivismos e monopólios existentes, ao mesmo tempo que destacava a riqueza com fonte em trabalho e não em pilhagem e conquistas de terras e ouro tal como na era de servidão rural.

A alegação mais visionária de Adam Smith é a de que *O Mercado é mais do que um lugar*. O Mercado é um conceito abstrato e, como tal, pode ser aplicado em qualquer lugar, não apenas físico, mas também metafísico. Transcende a natureza física das coisas com uma reflexão caracteristicamente intelectual e filosófica.

### **2.3 Conquista do Direito à Cidadania Plena**

Nesse contexto ideológico, o teor da Declaração de Independência norte-americana mistura elementos de pensamento racional e argumentos religiosos. “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*” é um livro escrito no início do Século XX por Max Weber, economista e sociólogo alemão, no qual ele investiga as razões do capitalismo ter sido desenvolvido inicialmente em países como a Inglaterra e a Alemanha, concluindo que isso se deveu aos hábitos de vida parcimoniosa e empreendedora instigados ali pelo protestantismo na época. Houve uma interação de ideias religiosas com comportamento econômico, com a ética e as ideias puritanas influenciando o desenvolvimento do capitalismo norte-americano.

Um evento que começou a unificar a religiosidade das Treze Colônias foi o Grande Despertar, um movimento de restauração do protestantismo, ou, na linguagem teológica, um *avivamento*. Ocorreu nas décadas de 1730 e 1740.

Lá, a Guerra Franco-Índigena (1754-1763), com franceses aliados aos nativos iroqueses, é considerada uma extensão americana da Guerra dos Sete Anos europeia. O Reino Unido, antes, preocupava-se primariamente com assuntos dentro da Europa, e permitia às colônias *o poder de autogovernar*.

Após essa guerra, o território controlado pelo Reino Unido na América do Norte mais do que duplicou, significando gastos extras com tropas para sua defesa. Além disso, o Reino Unido gastara muito dinheiro, durante a Guerra dos Sete Anos, dobrando a dívida nacional. Para resolver esses problemas econômicos, o governo britânico passou a aprovar uma série de atos e medidas que restringiam a liberdade dos colonos americanos e criavam novos impostos.

Em 16 de dezembro de 1773, um grupo de colonos americanos, vestidos como nativos americanos, forçaram entrada nos navios da Companhia das Índias Orientais, e despejaram toda a carga de chá britânico no mar, em um episódio conhecido como *Festa do Chá de Boston*. Detonou de vez a deterioração das relações anglo-americanas, o que culminou na Guerra pela Independência, em 1775.

Em 1776, o panfleto “*Senso Comum*” de autoria de Thomas Paine chegou às livrarias da Filadélfia. Firmemente republicano, atacava não só o abuso da Monarquia sobre as colônias, mas também a própria Monarquia como instituição. Ressaltava a necessidade de uma Constituição independente.

O texto constitucional é inovador. Começa invocando o povo e falando dos direitos, inspirados em John Locke. A Nação norte-americana assenta sua base política na ideia da representatividade popular, embora a maior parte dos “americanos” estivesse excluída da participação política, pois o processo de independência foi liderado por comerciantes, latifundiários e intelectuais urbanos.

A Constituição criou uma República Federalista (autonomia para cada Estado) Presidencialista, com os Poderes divididos em Executivo, Legislativo e Judiciário, segundo a doutrina do filósofo Montesquieu. Ela estabelece princípios gerais e suficientemente vagos para garantirem sua estabilidade e permanência.

Nas dez primeira emendas à Constituição, chamadas de *Bill of Rights*, em 1791, os direitos e as liberdades individuais são esclarecidos e aprofundados. A Primeira Emenda proíbe que se estabeleça uma religião oficial (Estado laico) ou se limite o exercício de qualquer religião. A Segunda Emenda garante o direito de cada cidadão ao porte de armas. A Terceira Emenda trata da proibição de se alojar soldados nas casas sem consentimento do proprietário, medida antes imposta pela Coroa britânica. Outras emendas falam do direito ao júri, do direito a um julgamento público e rápido, proíbem muitas

excessivas e penas cruéis, e afirma que todos os direitos garantidos não significam que outros, não escritos, não sejam válidos também.

Houve permanência da escravidão até a Guerra Civil (1860-65) e falta de votos de pobres e de mulheres até o século XX. Apesar da luta contra a concentração da propriedade fundiária na realeza e da nobreza, o Estado liberal julgava inconcebível que um não-proprietário pudesse ocupar um cargo de representante em um dos três Poderes. Restringia a liberdade individual dos que não possuísem propriedade privada. Estavam excluídos do Poder Político, portanto, os trabalhadores e as mulheres, isto é, a maioria da Sociedade.

Lutas populares intensas, desde o Século XVIII, forçaram o Estado liberal a tornar-se uma democracia representativa, ampliando a cidadania política. Com exceção dos Estados Unidos, onde os trabalhadores brancos foram considerados cidadãos desde então, nos demais países a cidadania plena e o sufrágio universal só vieram a existir completamente no Século XX, como conclusão de um longo processo em que a cidadania foi sendo concedida por etapas.

A ideia anterior de Contrato Social, pelo qual os indivíduos isolados se transformam em cidadãos, não previa o Direito à Cidadania para todos, mas delimitava o contrato ou o pacto a uma classe social: a dos proprietários privados, seja a grande, seja a pequena burguesia. Predominava ainda uma sociedade rural aristocrática. A cidadania plena só veio com a urbanização industrial acompanhada de lutas populares, sindicais e sociais.

## 2.4 Filosofia Política Norte-americana

Há certa dificuldade em entender porque os liberais norte-americanos compõem a esquerda nos Estados Unidos, diferentemente dos neoliberais daqui. Eles se aliam aos democratas, aninhando-se no Partido Democrata. Os republicanos, que foram progressistas no Século XIX – relembre a batalha do presidente republicano Abraham Lincoln para a extinção da escravidão –, tornaram-se *conservadores*. No caso dos membros da tendência *Tea Party*, que chega a paralisar o governo democrata em defesa do Estado mínimo, *ultraconservadores*!

Diferentemente da esquerda de cá, a de lá tem como bandeiras-de-luta *a defesa do individualismo, da liberdade de escolha por parte de cada cidadão, e da propriedade particular*. Isso vai contra a tradição marxista euroasiática, herdada pela brasileira, de lutar pela coletivização dos meios de produção.

Temos que recorrer a certo historicismo para entender a origem dessa filosofia política norte-americana. As ideias políticas liberais apareceram na luta contra as monarquias absolutistas por direito divino dos reis, derivadas da concepção teocrática do poder. O liberalismo consolidou-se com os acontecimentos de 1789, na França, isto é, na Revolução Francesa que derrubou o Antigo Regime.

Entretanto, na Inglaterra, o liberalismo tinha já se consolidado em 1688, com a chamada *Revolução Gloriosa*, um evento-chave para a aprovação pelo Parlamento da *Bill of Rights*, que tornou impossível o retorno de um católico à Monarquia, e acabou com as tentativas de instauração do absolutismo monárquico nas ilhas britânicas, ao circunscrever os poderes do rei. No restante da Europa, só se alastraram tais ideias depois da Revolução Francesa de 1789. Nos Estados Unidos, consolidou-se antes, em 1776, com a Guerra pela Independência, aliados com os inimigos franceses, contra a metrópole inglesa.

Tais acontecimentos ficaram conhecidos como *Revoluções Burguesas*, isto é, mudanças na estrutura econômica de propriedade, na sociedade e na política, efetuadas por uma nova classe social dominante, a burguesia. Nessas três revoluções burguesas houve uma “contrarrevolução na revolução”, ou seja, um movimento popular radicalmente a favor da democracia igualitária recebeu “uma ducha de água-fria” para aplacar sua ira aguerrida. Usando as classes populares como “bucha-de-canhão”, a burguesia derrotou a realeza e a nobreza, passou a dominar o Estado, e julgou com isso terminada a tarefa de mudanças.

Uma explicação encontrada para esses acontecimentos é que “as classes populares não possuíam teorias políticas de tipo filosófico e científico. Para explicar o mundo em que viviam e o mundo que desejavam dispunham de uma única fonte: *a Bíblia*. (...) As classes populares revolucionárias dispunham, portanto, de um *imaginário messiânico e milenarista* – isto porque o Reino de Deus na Terra duraria mil anos de felicidade, abundância e justiça” (Chauí, 1995, p. 405).

A Independência das 13 Colônias Britânicas na América do Norte foi influenciada por muitos autores do *Iluminismo*, movimento filosófico de crítica ao poder dos reis em Monarquias Absolutistas europeias, inclusive de explorar as colônias do Novo Mundo como seus monopólios. Entre os filósofos iluministas, John Locke (1632-1704) foi um dos mais importantes para os colonos americanos.

Filósofo inglês e ideólogo do liberalismo, sendo considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social, *Locke rejeitava a doutrina das ideias inatas e afirmava que todas as ideias tinham origem no que era percebido pelos sentidos*. A filosofia da mente elaborada por Locke é frequentemente citada como *a origem das concepções modernas de identidade e do “Eu”*. Definiu o conceito de *identidade pessoal* através da consciência de “*si mesmo*”.

Dedicou-se também à Filosofia Política. Criticou a tradição que afirmava o direito divino dos reis, declarando que *a vida política é uma invenção humana, completamente independente das questões divinas*. Suas ideias ajudaram a derrubar o absolutismo na Inglaterra. Locke dizia que todos os homens, ao nascer, tinham Direitos Naturais – direito à vida, à liberdade e à propriedade privada. Desenvolveu a ideia de um Estado liberal de base contratual, tendo como objetivo garantir esses direitos. Se os governos não respeitassem a vida, a liberdade e a propriedade, o povo teria o direito de se revoltar. As pessoas



podiam contestar um governo injusto e não aceitar suas decisões. Muitos ingleses que emigraram para as colônias britânicas norte-americanas conheciam as ideias do filósofo.

É interessante contrastar suas ideias com as de Edmund Burke (1729-1797), que foi um filósofo e político anglo-irlandês conhecido por suas posições economicamente liberais e politicamente de cunho “libertário de direita”. Era favorável ao atendimento das reivindicações das colônias americanas, à liberdade de comércio, era contra a perseguição dos Católicos, etc. Chegou mesmo a denunciar as injustiças cometidas pela administração inglesa na Índia. No entanto, Burke se opôs à Revolução Francesa de 1789: “um edifício erguido sobre mentiras e violência”. Para ele, a democracia era “capaz de expressar as mais cruéis opressões sobre a minoria.”

Ele tinha desprezo aos filósofos iluministas, em especial Rousseau e Voltaire, que classificava como “audaciosos experimentadores da nova moral”. Burke advogava a Teoria da Soberania do Povo, embora sustentada na ideia de que *a razão e a teoria não são referências válidas por si mesmas para a vida das sociedades*. Afirmava que *a história é feita de um longo depósito de tradições, de prudência, de moral, incorporadas nos usos e nas civilizações, e não de elaborações intelectuais, como querem os filósofos*. Burke negava então que as Constituições pudessem ser produzidas pela razão iluminista. Para ele, uma Constituição só podia surgir graças à experiência acumulada durante séculos.

Apreciava a Constituição britânica, cuja sabedoria profunda, segundo ele, “não reside em um certo universo de regras e princípios gerais, mas em uma vasta e sutil harmonia de costumes, de preconceitos, de instituições concretas e estruturadas no decurso dos séculos”. Essa antítese entre as constituições norte-americana, francesa e inglesa é o pano de fundo no qual Burke projeta os principais temas de uma *filosofia do conservadorismo*. Burke é considerado pelos republicanos como *o pai intelectual do conservadorismo anglo-americano*.

Neste tópico, vale também lembrar, brevemente, a filosofia conhecida por *Objetivismo*, criada por Ayn Rand (1905-1982). Ela critica o *Altruísmo*, isto é, a ideia de amor desinteressado ao próximo, ou a *Abnegação*, que é a ação caracterizada por desprendimento, em que a superação das tendências egoísticas da personalidade é conquistada em benefício de uma pessoa, causa ou princípio. Essa dedicação extrema trai a autoestima. Ama-se ao outro por suas virtudes e não por auto sacrifício. Quem quiser ser amado, tem de se fazer por merecer a atração do outro.

O *Objetivismo* critica a renúncia ascética à própria vontade em função de anseios místicos ou princípios religiosos. Essa abnegação implica no sacrifício voluntário dos próprios desejos, da própria vontade ou das tendências humanas naturais em nome de algum imperativo ético.

Já o *Altruísmo*, segundo o pensamento de Comte (1798-1857), é considerado a tendência ou inclinação de natureza instintiva que incita o ser humano à preocupação com o outro. Comte alerta que, não obstante sua atuação espontânea, deve ser aprimorada pela *educação positivista*, evitando-se assim a ação antagonista dos instintos naturais do egoísmo.

O *Objetivismo* afirma que:

- a realidade existe independentemente da consciência, neste sentido, esta filosofia difere do *idealismo* e se identifica com o *materialismo*;
- o ser humano tem contato direto com a realidade através dos *sentidos*;
- o ser humano pode ter conhecimento objetivo pelo processo de formação de conceitos, da *lógica dedutiva e indutiva* – **Lógica** é a arte de não-contradição; **Indução** é o processo mental de partir de fatos particulares e generalizá-los para formar novas ideias; **Dedução** é o processo mental de formar conclusões a partir de premissas, indo do abstrato ao concreto-particular;
- o objetivo moral da vida humana é atingir a própria *felicidade* ou *interesse racional*;
- o único sistema social consistente com esta moralidade é um que respeite *os direitos dos seres humanos à vida, liberdade, propriedade e busca à felicidade*; os norte-americanos o identificam com o capitalismo *laissez-faire*.

O *individualismo* é a doutrina moral, econômica ou política que valoriza a autonomia individual, em detrimento da hegemonia da coletividade despersonalizada, na busca da liberdade e satisfação das inclinações naturais. Embora usada como arma retórica, no debate ideológico, *a conotação pejorativa do individualismo*, isto é, a tendência ou atitude de quem revela pouca ou nenhuma solidariedade e busca viver exclusivamente para si, que se confunde com o *egoísmo*, não faz parte dessa reflexão filosófica.

No entanto, a partir dessa definição filosófica do *individualismo*, quando a desagrega em seus componentes econômico e político, percebe-se *distintas concepções por parte da esquerda norte-americana e da esquerda europeia-brasileira*.

- Esta *critica o individualismo na teoria econômica liberal*, tendência argumentativa que advoga a superioridade da liberdade individual na iniciativa econômica, em contraposição à ineficácia da ingerência estatal.
- Porém, *aceita o individualismo do pensamento político liberal norte-americano*, perspectiva segundo a qual a liberdade individual deveria prevalecer sobre o autoritarismo estatal.
- Ambas, a esquerda norte-americana e a europeia-brasileira, *rejeitam o pensamento anarquista individualista*, tendência intelectual que condena todas as formas organizadas de poder ou autoridade, por terminarem restringindo a soberania e a liberdade absoluta do indivíduo.

A divergência se dá porque o *liberalismo*, doutrina cujas origens remontam ao pensamento de Locke (1632-1704), é baseada na *defesa intransigente da liberdade individual*, nos campos econômico, político, religioso e intelectual, contra ingerências excessivas e atitudes coercitivas do poder estatal. No entanto, *a esquerda latino-americana contesta a aplicação das doutrinas do liberalismo clássico à economia*, que se exprime por:

1. preferência por mercados competitivos,
2. livre jogo das forças econômicas no regime de livre concorrência,
3. repulsa a qualquer forma de intervenção do Estado na vida econômica, e
4. obediência ao princípio de que a lei da oferta e da procura é a única que deve influir sobre a produção, o consumo e o mecanismo dos preços.

*Por que?* Porque para *tirar o atraso histórico da região* face ao capitalismo maduro como o dos Estados Unidos, que já se encontrava na *era monopolista*, o Estado desenvolvimentista teve (e tem) que *intervir e regular a vida econômica* com o objetivo de *dar “salto de etapas”* em busca da fronteira do conhecimento e de competitividade internacional.

## 2.5 Pensamento Kantiano: O Pensar, O Querer e O Julgar

*O pensar, o querer e o julgar* são três atividades mentais básicas, cuja análise, segundo Hannah Arendt, permitiria *a compreensão da existência racional*. Segundo Celso Lafer, em “*A Política e a Condição Humana*”, Arendt, fiel às suas origens filosóficas, “tem a intenção de repropor, em termos contemporâneos, algo como as três críticas de Kant: a da *razão pura*, a da *razão prática* e a do *juízo*”. Em metodologia, designamos esses três níveis de abstração, respectivamente, de *Ciência Pura*, *Ciência Aplicada* e *Decisões Práticas*.

Immanuel Kant (1724-1804) operou, na Epistemologia, uma síntese entre o racionalismo continental europeu, onde imperava o *raciocínio dedutivo*, e a tradição empírica inglesa, que valorizava a *indução*. Ele elaborou o denominado *idealismo transcendental*: todos nós trazemos formas e conceitos *a priori* (aquelas ideias introjetadas na nossa mente que não vêm da experiência) para a experiência concreta do mundo, os quais seriam de outra forma impossíveis de determinar.

Kant define a palavra *esclarecimento* como a saída do homem de sua menoridade, responsabilidade a ser assumida por ele próprio. Ele define essa menoridade como a incapacidade do homem de *fazer uso do seu próprio entendimento*.

A permanência do homem na menoridade se deve ao fato de ele *não ousar pensar*. A covardia ou a preguiça são duas causas que levam os homens a permanecerem na menoridade. Um outro motivo é o comodismo. É bastante cômodo permanecer na *área de conforto*. É cômodo que existam pessoas e objetos que pensem e façam tudo, tomando decisões em nosso lugar. É mais fácil “deixar que alguém o faça por mim”, do que fazer determinado esforço. Os homens quando permanecem na menoridade, são incapazes de tomar suas próprias decisões e fazer suas próprias escolhas.

Kant sintetiza seu *otimismo iluminista* em relação à possibilidade de o homem seguir por sua própria razão, sem deixar enganar pelas crenças, tradições e opiniões alheias. Nele, descreve *o processo de iluminismo* como sendo “a saída do homem de sua menoridade”, ou seja, um momento em que o ser humano cresce e amadurece, tornando-se consciente da inteligência para fundamentar, sob o conhecimento *à priori*, a sua própria maneira de agir, sem a doutrina ou a tutela alheia.

Kant reconhece que é difícil para o homem, isoladamente, livrar-se dessa menoridade. Aquele que tentar sozinho terá inúmeros impedimentos, pois *seus tutores sempre tentarão impedir que ele experimente tal liberdade*. São poucos os que conseguem pelo exercício do próprio espírito libertar-se da menoridade.

Cornelius Castoriádis (1922-1997) foi um filósofo, economista e psicanalista francês, de origem grega. Em 1949, fundou, com Claude Lefort, o grupo *Socialismo ou Barbárie*, origem da revista homônima que circulou até 1967. Autor de inúmeras obras de filosofia política, Castoriadis é considerado, especialmente, elaborador do conceito de *autonomia política*.

Na filosofia desenvolvida por Kant, a *autonomia* é usada como base para determinar a *responsabilidade moral da ação de alguém*. *Autônomo*, etimologicamente, refere-se a “aquele que estabelece suas próprias leis”.

Para Castoriádis, “falar de uma *sociedade autônoma* ou da *autonomia da sociedade*, não somente em relação a tal camada dominante particular, mas em relação a sua própria instituição, necessidades, técnicas, etc., pressupõe ao mesmo tempo a *capacidade e a vontade dos humanos de se autogovernar*”.

Ele questionava a *possibilidade de uma transformação radical, revolucionária, da sociedade*: será que os humanos têm a capacidade e, principalmente, a vontade de se autogovernar? Será que querem, verdadeiramente, ser senhores de si mesmos?

Uma outra sociedade, uma sociedade autônoma, não implica somente a *autogestão, o autogoverno, a auto-instituição*. Ela implica uma outra *cultura*. Implica um *outro modo de vida*, outras orientações para a vida humana.

Castoriádis lançou outras questões em debate com Daniel Cohn-Bendit, realizado em 27/02/80 na Bélgica. “Será que desta *criação cultural* temos sinais precursores e prenunciadores? Será que as pessoas que *rejeitam o modo de vida capitalista* veem nascer *um outro modo de vida* que prenuncia, prefigura algo de novo, algo que daria um conteúdo substantivo à *ideia de autogestão, de autogoverno, de autonomia, de auto-instituição*? A ideia de *autogoverno* pode tomar sua plena força, atingir seu pleno apelo, se não for também levada por outros desejos, por outras ‘necessidades’ que não podem ser satisfeitas no sistema social contemporâneo?”

Pressupor que todos são contra *o modo de vida contemporâneo*: isto é verdade? Quando se questiona *o modo de vida* trata-se de superar não só *o modo de produção*, mas uma *cultura de viver*. Castoriádis indaga: “até onde pode ir o ‘direito’ (a possibilidade efetiva, legal e coletivamente assegurada) de cada indivíduo, de cada grupo, de cada comuna, de cada nação, de *agir como bem entenda* a partir do momento em que sabemos – nós o sabíamos desde sempre, mas a Ecologia nos relembra com força – que estamos embarcados na mesma canoa planetária e o que cada um faz pode repercutir sobre todos?”

Como se pode *conceber (o Pensar)* uma sociedade que está fundada sobre regras universais substantivas e ao mesmo tempo é compatível com a maior diversidade possível de *criação cultural (o Querer)* e também de modos de vida para atender suas necessidades (**o Julgar**)? *Esta síntese ou*

*conciliação não podemos tirar apenas da nossa cabeça e impô-la aos outros de maneira totalitária! Ou ela sai da sociedade democrática ou é melhor não sair.*

Reconhecer este *limite para o pensamento e para as ações políticas* é proibir-se de repetir os filósofos políticos do passado que deduziam diretamente do **Pensar** a prática de **Julgar**, não respeitando o **Querer** da sociedade. Isso não implica nem a renúncia do nosso próprio pensamento (*Pensar*), do nosso ponto de vista (*Querer*), da nossa própria ação (*Julgar*), nem que aceitemos, cegamente, tudo o que a sociedade quer e a história produza.

### 3 Liberalismo

#### 3.1 Longa Tradição do Liberalismo Econômico

Como vimos, Bernard Mandeville (1670-1733) foi um filósofo, satirista e médico holandês que morou em Londres. Sua obra mais conhecida, *A Fábula das Abelhas* (1729), fala sobre uma colmeia cujas laboriosas abelhas subitamente tornam-se virtuosas, param de trabalhar e vão viver, calmamente, em uma árvore próxima. O argumento central é que *o único meio pelo qual qualquer sociedade pode progredir é por meio do vício*, e que *as virtudes são mentiras empregadas pela elite governante para dominar classes inferiores*.

O crescimento econômico, segundo Mandeville, origina-se apenas da *capacidade individual para satisfazer a cobiça*. Suas ideias são consideradas como precursoras das teorias liberais de Adam Smith no Século XVIII.

Smith considerava a sociedade perfeitamente funcional, e toda a Economia de Mercado Livre como um sistema de sucesso, espécie de máquina imaginária que funcionava. Ele mencionou a *“mão invisível”* apenas uma vez em sua obra, mas a presença dela é *uma onipresença divina*.

Smith descreveu como esse sistema com liberdade total teria resultados positivos:

1. Fornece os bens e serviços que o povo quer consumir.
2. Se a demanda de um produto superar a oferta, os consumidores vão competir entre si para oferecer preço mais alto.
3. Isso cria uma oportunidade de lucro para os produtores, que competem entre si para fornecer mais do produto e o preço cai.

Essa argumentação, baseada na *Lei da Oferta e da Demanda*, tem resistido ao tempo. O economista austríaco Friedrich Hayek (1899-1992), em 1945, defendeu que os preços respondem ao conhecimento e aos desejos específicos dos consumidores, causando mudanças na quantidade demandada e fornecida ao mercado.

Um *planejamento estatal*, disse Hayek, nos primórdios da Guerra Fria anticomunista, ao final da Guerra Quente antifascista, *“não teria como reunir tantas informações dispersas”* mesmo ele sendo

característica de um *regime totalitário* à custa da supressão da livre iniciativa. *Não há como o planejamento central entregar os bens e serviços que o povo quer.*

Uma primeira crítica à essa concepção liberal é que *o mercado apenas fornece os bens e serviços desejados pelos ricos, ignorando os desejos dos pobres que não podem pagar por eles.* Ele também seria *amoral*, pois atende a desejos nocivos, alimentando vícios do fumante, do drogado, do obeso, etc.

Outra crítica diz respeito à afirmação de Smith de que o sistema de mercado fundamenta “*preços justos*”, acreditando que todos os bens e serviços tem um “*preço natural*” que reflete apenas o esforço para produzi-los. Os preços e as margens de lucro poderiam diferir de seus “*níveis naturais*” em certos períodos, como os de “*escassez natural*”, por exemplo, devido à quebra de safra. Nesse caso, as oportunidades de ganho surgirão e os preços aumentarão até que a concorrência atraia novas empresas ao mercado e os preços caiam ao seu “*nível natural*”. Se a demanda para os produtos de uma indústria começa a sofrer queda, preços e salários cairão também. Mas, com o aparecimento de outra indústria, esta oferecerá salário mais alto para atrair trabalhadores. No longo prazo, diz Smith, os “*preços de mercado*” e os “*preços naturais*” serão os mesmos.

As condições para essa idealização do funcionamento do mercado livre com flexibilidade de preços é que ocorra *concorrência perfeita*, não exista disparidade de informações nem barreiras à entrada em nenhum segmento. Economistas críticos à essa linha majoritária de raciocínio, como o austro-americano Joseph Schumpeter (1883-1950), salientaram que *inovação também baixa os preços, mesmo quando há baixa concorrência.* A “*destruição criadora*” é provocada por criação de novos produtos com maior qualidade e preço mais baixo.

No final do Século XIX, a nova classe dominante capitalista já era proprietária de grandes *corporações monopolistas* através de carteis e trustes e lançamento de ações em Bolsa de Valores com ganhos concentrados para os fundadores. Elas podiam dominar o mercado, mantendo baixa a produção e fixando preços em nível muito acima do “*nível natural*”. *Tornou-se o caso de liberar para a autorregulação do mercado ou deliberar a regulação pelo Estado?*

A questão do *laissez-faire* divide os economistas em linhas políticas. Os que estão à *direita* o defendem; os da *esquerda* alinham-se com a intervenção e/ou regulação estatal. Estes apontam *falhas do mercado livre* como causas das crises; aqueles criticam *falhas do governo*. A Teoria da Escolha Pública, por exemplo, retrata o governo como um grupo de políticos egoístas, que maximizam seus próprios interesses e que adotam a receita de favorecimento político sem levar em conta o bem-estar social.

A defesa da liberalização do mercado teve uma retomada significativa, nos anos 70 do Século XX, com a *teoria macroeconômica novoclássica*, microfundamentada no papel da racionalidade dos agentes econômicos, inclusive dotados de *expectativas racionais*. Como indivíduos racionais e clarividentes, eles antecipam os efeitos futuros (“*perversos*”) das ações governamentais, anulando-os. Por isso, a intervenção estatal não funciona.

Smith presumira que *os homens se comportavam racionalmente*, o que também passou a ser questionado, primeiro, quando se observou os investidores inflarem bolhas de ativos, isto é, seguirem a tendência de alta, comprando mais desses ativos mesmo quando era evidente que seus valores de mercado tinham se elevado demasiadamente. A *profecia autorrealizável causa bolha* – preço descolado do “nível natural”, justo ou bem fundamentado em custos reais –, contradizendo a ideia de uma economia fundada em comportamento racional ou sensato.

A *Neuroeconomia*, isto é, a incorporação das descobertas da Neurociência e da Psicologia Cognitiva à Economia Comportamental, fundamentou em experiências laboratoriais a *crítica científica à idealização do comportamento racional dos agentes econômicos*. As falhas do mercado deixam de ser apenas por informações assimétricas e disparidades de poder de fixação de preço, pois os economistas comportamentais questionam a própria ideia de racionalidade.

### 3.2 Fundamentos e Limites do Princípio do “*Laissez-Faire*” ou da Não-Interferência Governamental

*Laissez-faire* é hoje expressão-símbolo do **liberalismo econômico**, na versão mais pura de Capitalismo de que *o mercado deve funcionar livremente, sem interferência*. Esta Filosofia Econômica tornou-se dominante nos Estados Unidos e nos países ricos da Europa, durante o final do século XIX até o início do século XX. Nesta era, conhecida por ser *dominada por “barões-ladrões”*, os carteis e trustes a desmitificaram.

Ela é parte da expressão em língua francesa “*laissez faire, laissez aller, laissez passer*”, que significa literalmente “*deixai fazer, deixai ir, deixai passar*”. A sua origem é incertamente atribuída ao comerciante Legendre, que a teria pronunciado em reunião com Colbert, no final do século XVII: “*Que faut-il faire pour vous aider?*” perguntou Colbert. “*Vous laissez faire*”, teria respondido Legendre.

Transformou-se no provérbio fisiocrata: “*Laissez faire, laissez passer, le monde va de lui même*” [“Deixe fazer, deixe passar, o mundo vai por si mesmo.”]. É similar ao provérbio popular de origem francesa: “*Louvo todos os deuses, bebo meu bom vinho, e deixo o mundo ser mundo!*” No popular brasileiro: “*Deixa a vida me levar; vida, leva eu!*”

John Stuart Mill (1806-1873) publicou *Princípios de Economia Política: Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social*. Escrito em 1848, foi um dos compêndios econômicos ou políticos mais lidos do século XIX. Há uma consolidação do pensamento econômico clássico nesse livro, pois todas as escolas estão nele presentes: Smith, Ricardo, Say, Fisiocracia, Mercantilismo, etc.

Os fundamentos e os limites do *Princípio do Laissez-faire* (ou da não interferência governamental) é tratado no Livro 5 – Capítulo XI. Simplificando a posição de Mill, a interferência do governo tem aspectos bons e aspectos ruins. Portanto, a interferência deve ocorrer de forma a maximizar os aspectos bons e a minimizar os aspectos ruins. Um critério fundamental de “bom” e “ruim” é *o efeito sobre a “liberdade do indivíduo”*; se esta é restringida, é ruim; se ampliada, é bom.

Sobre *os limites das atribuições governamentais*, logo de início Mill alerta que “aqueles que discutiram alguma questão específica sobre a interferência governamental, tais como a condição da educação (religiosa ou secular), a regulamentação das horas de trabalho, um fundo público para os pobres, etc., muitas vezes se detiveram longamente em *argumentos gerais*”.

*Os defensores da interferência* têm-se contentado em afirmar um direito e dever geral, da parte do governo, de interferir, toda vez que tal intervenção seja útil. Quando os pertencentes à assim chamada *Escola do Laissez-faire* tentaram alguma delimitação da esfera da competência do governo, normalmente restringiram a intervenção do governo à proteção da pessoa e da propriedade contra a força e a fraude.

Sem pretender suprir totalmente essa lacuna de uma Teoria Geral, em uma questão que, como Mill entendia, “não comporta uma solução universal”, ele aponta quais são as vantagens da interferência governamental, e quais são os males ou inconvenientes que ela acarreta.

Começa distinguindo *dois tipos de intervenção* por parte do governo. A intervenção pode estender-se ao controle da livre ação dos indivíduos. Essa é a *interferência autoritária* do governo.

Há outra espécie de intervenção, que *não é autoritária*, a saber, quando um governo, em vez de emitir uma ordem e de exigir seu cumprimento mediante penalidades, adota o expediente de assessorar e de publicar informações. Ou, então, quando, deixando aos indivíduos a liberdade de utilizar os seus próprios meios para conseguir algum objetivo de interesse geral, o governo, sem interferir, mas ao mesmo tempo não deixando o assunto inteiramente entregue ao cuidado deles, cria, ao lado das providências dos indivíduos, um órgão de estrutura própria para o mesmo fim.

Assim, uma coisa é manter uma Igreja *oficial* – como a Anglicana na Inglaterra da Monarquia Absolutista – ou *oficiosa* – como a Católica na América Latina –, e outra é recusar tolerância às outras religiões ou às pessoas que não professam religião alguma. Uma coisa é dar escolas e colégios, e outra é exigir que ninguém trabalhe como instrutor da juventude sem um certificado do governo. *Pode haver um banco nacional do desenvolvimento, ou uma indústria estatal como a do petróleo, sem monopólio algum contra bancos privados ou indústrias particulares.*

Evidentemente, *a forma autoritária de intervenção governamental* tem uma esfera muito mais limitada de ação legítima do que *a intervenção não autoritária*. Qualquer que seja a teoria que adotemos quanto ao fundamento da união social, e quaisquer que sejam as instituições políticas que vivermos, *existe em torno de cada ser humano individual um círculo que a nenhum governo deve ser permitido ultrapassar*. Há uma parte da vida de cada pessoa que já chegou ao uso da razão dentro da qual a individualidade dessa pessoa deve reinar, sem ser controlado por algum outro indivíduo, nem pelo público em geral.

O que resta determinar é *onde se deve colocar o limite*. Mill entende que “ele deve abranger toda aquela parte que diz respeito, exclusivamente, à vida, interna ou externa, do próprio indivíduo, e não



afeta os interesses de outros, ou só os afeta por meio da influência moral do exemplo” (1848 / 1963: 396).

Com respeito ao domínio da consciência interna, dos pensamentos e sentimentos, e àquela parte da conduta externa que é exclusivamente pessoal, não envolvendo consequência de tipo doloroso ou prejudicial para outras pessoas, Mill sustenta que “é direito de todos – e em se tratando de pessoas mais profundas e cultas, muitas vezes é um dever – *afirmar e publicar com toda a força de que são capazes sua opinião sobre o que é bom ou mau, digno de admiração ou censura, mas não obrigar outros a aceitarem tal opinião*” (id.; *ibid.*).

Mesmo naqueles setores da conduta que afetam o interesse de outrem, o ônus de provar sempre cabe aos que defendem proibições legais. Não será uma infração meramente subentendida ou presumível por outros que justificará a interferência da lei na liberdade individual. Tal interferência, por exemplo, partilha da degradação da *escravatura* que, em 1848, era ainda vigente no Brasil.

“Não ocorre o mesmo com *interferências governamentais que não restringem a liberdade de ação individual*. Quando um governo oferece meios para atingir determinado objetivo, deixando aos indivíduos liberdade para utilizarem meios diferentes que na opinião deles são preferíveis, *não se infringe a liberdade*, não existe nenhuma restrição penosa ou degradante. Nesse caso, inexistem as objeções principais à interferência do governo.” (Mill; 1848/1963: 397)

Há, porém, em quase todas as formas de ação governamental, uma coisa que é compulsória: *a provisão de recursos pecuniários*. Estes são tirados dos impostos ou então, se os recursos existirem na forma de dotação derivante de propriedade do Estado, mesmo então geram uma tributação compulsória, cujo montante equivale ao que resultaria da venda ou dos rendimentos anuais da respectiva propriedade. A objeção que necessariamente milita contra contribuições compulsórias é quase sempre altamente agravada pelas cautelas dispendiosas e pelas restrições onerosas que são indispensáveis para *impedir a sonegação de uma taxa ou imposto compulsório*.

Uma segunda objeção de ordem geral à interferência do governo é que todo aumento das funções confiadas ao governo equivale a um aumento de seu *poder*, tanto na forma de *autoridade*, como – e ainda mais – na *forma indireta de influência*. Isso se refere à *liberdade política*. Entretanto, alguns estão propensos a pensar que a limitação dos poderes do governo só é essencial quando o próprio governo está mal constituído, quando ele não representa o povo, mas é o órgão de expressão de uma classe dominante ou de uma coalizão de classes produtoras. Supõem que a um governo de embasamento suficientemente popular se pode confiar qualquer montante de poder sobre a Nação. Isso poderia ser verdade apenas *se as minorias só fossem capazes de oprimir, mas não de serem oprimidas*.

Uma terceira objeção geral à ação governamental baseia-se no *princípio da divisão do trabalho*. Toda função adicional assumida pelo governo é uma nova ocupação imposta a um organismo já sobrecarregado de obrigações. A maior parte das coisas acaba sendo malfeita, e muitas nem sequer são feitas, porque o governo não é capaz de fazê-las sem demoras que são fatais para a finalidade visada. O

dito popular pressupõe que *as pessoas entendem melhor de suas próprias coisas e de seus próprios interesses, e deles cuidam melhor, do que o faz o governo, ou se pode esperar que o faça.*

Para Mill, uma das razões mais fortes contra a ampliação da interferência governamental diz respeito à *prática da vida que constitui um componente essencial da formação prática de um povo.* “Um povo no qual não há nenhum hábito de *ação espontânea em prol de um interesse coletivo* – que costuma esperar que o governo o comande ou o empurre em todos os assuntos que envolvem interesse coletivo –, *um povo que espera que o governo faça por ele tudo*, afora aquilo que é questão de simples hábito de rotina, *tal povo só consegue desenvolver metade das suas faculdades*; a educação desse povo é falha em um dos seus elementos mais importantes” (1848 /1983: 400).

Mill conclui que, “em suma, o *laissez-faire* deve ser a prática geral; qualquer desvio dessa prática é um mal certo, *a menos que isso seja exigido em função de algum bem ingente*” (1848 /1983: 401). Resta então *contextualizar esse autor em termos de tempo e lugar e avaliar quão “ingente”* – muito grande, enorme, desmedido – *pode ser esse bem em outro tempo e lugar.*

John Stuart Mill foi um filósofo e economista inglês considerado entre os *pensadores liberais* mais influentes do século XIX. Refletiu a partir da realidade constituída pela *industrialização originária inglesa.* Sua *reflexão sobre o liberalismo econômico*, portanto, *não alcança a necessidade de intervenção dos Estados de países de capitalismo tardio fomentar a industrialização no século seguinte.* Esta era, de fato, um “bem ingente”, ou seja, uma *tarefa descomunal* a ser levada a cabo através da intervenção governamental.

Aceitar o determinismo histórico significa achar que *o futuro sempre reproduzirá o passado.* Quem o adota não enxerga *a possibilidade de mudanças para um país tirar o atraso histórico*, dando “salto de etapas” antes percorridas por países mais avançados.

Infelizmente, *“a experiência é um farol que ilumina para trás”.* As experiências históricas e locais não são repetíveis, pois as circunstâncias de cada qual são, justamente, localizadas e temporárias. Sem falar nos casos dos Estados Unidos, no final do século XVIII e no XIX, e da Alemanha, no séculos XIX e XX, Japão idem, o Brasil não passou (nem passará) por experiências políticas e econômicas similares às da Ásia, seja a da ex-URSS, seja a do PCCh, ou mesmo as dos enclaves exportadores. Tem que buscar seu próprio caminho, aliás, como tem sido feito.

A tradição da *abordagem estruturalista* enfatiza a necessidade do País buscar *a diversidade setorial.* Acredita que essa seja uma das suas vantagens competitivas e não a especialização em sua “vocaçãõ agrícola”, ou seja, aceitando passivamente a divisão internacional de trabalho de acordo com a Teoria das Vantagens Comparativas Naturais, que destina o Brasil ser *“a fazenda do mundo”*, complementar e dependente da China, *“a fábrica do mundo”*.

A *abordagem neoliberal* conhece dessa “heterodoxia” apenas *o modelo de substituição de importações da era nacional-desenvolvimentista* (1950-1980). Reconhece que “este não era sinônimo de

condenar o país ao atraso, no pós-guerra, quando mercados financeiros e de bens não eram integrados, havia grandes barreiras comerciais, etc”. Porém, argumenta que “esse mundo acabou, no fim dos anos 70, quando se iniciou a *era de hegemonia neoliberal* com Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra”.

Passados 30 anos, após a crise mundial da desregulamentação e privatização, com o retorno do protecionismos locais, os neoliberais insistem em dizer que “as barreiras ao comércio, principalmente de manufaturados, hoje em dia, são insignificantes e existem grandes economias de escala. Achar que barreiras comerciais ou regras de conteúdo vão trazer o desenvolvimento é o mesmo que achar que forçar firmas mineiras ou paraibanas a comprar máquinas locais vai desenvolver a indústria mineira ou paraibana ao invés de causar êxodo para outras paragens”. Evidentemente, isto é uma caricatura retórica que desdenha a importância de política industrial e regional.

Mas continuam com a *parolagem em defesa de uma causa perdida sem capacidade de apresentar provas ou evidências a favor de seu ponto de vista*. “Forçar conteúdo local só aumenta o custo da produção, reduz lucros, comprime salários e causa a migração da atividade. Isso vale até para indústrias como a extrativa, que depende de recursos naturais e tem vantagens de locação, como bem demonstrado pelo fracasso do leilão do pré-sal”. *Que fracasso?! Sob o ponto de vista do Capitalismo de Estado Brasileiro, a meta de controle nacional em empreendimento associado com capitais internacionais foi alcançada!*

O discurso doutrinário neoliberal pressupõe, equivocadamente, que a economia brasileira ainda seja fechada e não exportadora. Não enxerga que, na *era social-desenvolvimentista*, se tornou a sexta maior economia e passou a ter o quinto maior mercado em número de consumidores do mundo em *ranking* nacional. Só essa falsa imagem justifica a seguinte argumentação. “Em um mundo com grandes economias de escala e barreiras comerciais insignificantes, tentar diversificar a economia – ou explorar *economic rents* dentro de pequenos mercados como o Mercosul e a Venezuela – é condenar o país à baixa produtividade – e, por consequência direta, baixos salários”.

Enfim, a *argumentação liberal* na Inglaterra do século XIX era mais condizente com a realidade de então do que a *argumentação neoliberal* no Brasil do século XXI. Atualmente, apresenta sintomas de *esquizofrenia*, isto é, está acompanhada de sintomas de delírio de grandeza, quando prega o livre-mercado, ou de perseguição e alucinações, quando enfrenta ideias desenvolvimentistas que a contradiz, levando a perturbações duradouras da afetividade com o País e perda das funções intelectivas capazes de governá-lo.

### **3.3 Ultra liberalismo da Escola Austríaca**

Para os economistas da esquerda política, críticos da corrente econômica da linha dominante, esta não só paira na abstração com suas fórmulas matemáticas e seus pressupostos racionalistas, como

também não busca evidências empíricas para testar suas hipóteses. Com isso ela abandona seu status de Ciência Econômica e se torna apenas uma ideologia para apoiar um livre mercado injusto socialmente.

Um linha de pensamento com apoio minoritário entre economistas, devido ao seu extremismo de direita, é a *Escola Austríaca*. Defensora ferrenha do livre mercado, embora seja crítica à corrente dominante [*mainstream*] de tradição neoclássica, seus discípulos se destacam pelo fanatismo radical na defesa do economista austro-britânico Friedrich Hayek como “o economista mais influente do Século XX”. Os pós-keynesianos fundamentalistas os enfrentam em defesa de seu ídolo John Maynard Keynes.

O problema é que muitos desses pós-keynesianos também se protegem na teorização abstrata, desdenhando a política partidária e os conflitos de interesses políticos. Apreciam preconizar políticas econômicas, baseadas em poucos princípios keynesianos, porém não descem do pedestal para analisar a viabilidade política conjuntural para a adoção do seu receituário.

*O enfrentamento do fanatismo da Escolha Austríaca exige também a crítica política.* Hayek, em sua obra *O Caminho da Servidão*, afirmou que todas as tentativa de impor uma ordem coletiva na sociedade estão fadadas ao fracasso, levando, inevitavelmente, ao totalitarismo do fascismo ou ao comunismo stalinista. Como qualquer planejamento atua, obrigatoriamente, contra a “ordem espontânea” do mercado, ele só pode ocorrer com certo grau de violência.

Quanto mais um governo faz planos e os imponha, mais coerção é necessária. Como os governos não são bem informados sobre os detalhes do funcionamento do mercado, o planejamento está fadado a fracassar por completo em suas metas e, ao mesmo tempo, tornar-se cada vez mais coercitivo para compensar as falhas. A sociedade se submeteria, então, a um Estado totalitário, em que a liberdade seria extinta, por mais moderadas que fossem as metas iniciais dos planejadores.

Observa-se seu raciocínio binário sem nuances tipo “tudo ou nada”. Contrapõe ao extremismo esquerdista do “*Socialismo ou Barbárie*” o libertarista “*Liberalismo ou Totalitarismo*”.

Os economistas de esquerda mais moderada dizem que *a regulação da economia de mercado com um planejamento indicativo não só é possível como é também mais eficiente* que o mercado totalmente livre sem travas contra a exploração e a criação de excessos sob forma de bolhas infladas e estouradas. Outro membro notável da Escola Austríaca, Ludwig von Mises, pelo contrário, afirmou que *o socialismo realmente existente com planejamento central não é viável economicamente*, pois não dá meios racionais de precificação dos produtos e depende de um comando inquestionável para realizar as decisões de distribuição que, em um mercado livre, seriam executadas por milhares de pessoas.

A quantidade de informações necessária para avaliar a escassez e o excedente de um mercado e fixar os preços corretamente é tão grande que a tentativa está fadada ao fracasso. Só um mercado com livre iniciativa e propriedade privada poderia propiciar a base das decisões de preço descentralizadas que uma economia complexa exige.

O *racionamento socialista* ocorre através de quantidade delimitada e filas: *só quem chegar primeiro leva*. Já o *racionamento capitalista* ocorre através de preços e desperdício de quantidade: *apenas quem tiver mais dinheiro leva...*

Hayek e seus discípulos não presumiram que os mercados não tivessem imperfeições ou que as pessoas fossem bem informadas como eram duas das três premissas dos economistas neoclássicas. Só compartilhavam com estes a pressuposição da racionalidade dos agentes econômicos. Afirmavam, no entanto, que justamente pelo fato destes serem mal informados e os mercados imperfeitos que o mecanismo de mercado ainda assim seria a melhor maneira de distribuir os produtos.

Nessa situação de assimetria de informações ou ignorância radical quanto ao futuro, *o mercado seria o melhor meio existente não para dar informações, mas para adquiri-las*. Cada participante conhece melhor sua situação que os demais. Os agentes verificam se detém os bens e serviços desejados por outros e observam se os preços aceitos são aqueles desejados por eles próprios. A informação específica está dispersa entre todos os membros da sociedade. Os preços se movem em reação às ações de indivíduos e empresas, refletindo o total de informações disponíveis para toda a sociedade.

Hayek sustentou que essa “*ordem espontânea*”, na tradição liberal da Economia Clássica, é a melhor forma de organizar a complexa economia moderna, já que *o conhecimento sobre a sociedade nunca é perfeito*. As tentativas de impor restrições coletivas a essa ordem representam um retorno às ordens instintivas, primitivas, da sociedade – e o mercado livre deve ser defendido contra isso.

Afirmou que o governo só deveria agir para manter o funcionamento espontâneo do mercado, defendendo a propriedade privada e o cumprimento dos contratos realizados através de regras gerais permanentes. Se necessário, o Estado de Direito pode e deve agir contra forças coletivistas que ameacem solapar o primado da lei e da ordem capitalista. Hayek era crítico da inclinação política para “*a tirania democrática do coletivo*”.

Quando a União Soviética desmoronou e o neoliberalismo emergiu, houve o aparente triunfo dos temas hayekianos na política. O “novo consenso macroeconômico”, nos anos 90, enfatizava o papel restrito do Estado mínimo. Todavia, o colapso do sistema financeiro mundial, em 2007-2008, chamou à responsabilidade *a liberalização privatista dos mercados*. Mas o ultraliberalismo ainda ataca o socorro público aos bancos “grandes demais para quebrar” e os programas keynesianos de gastos públicos antirrecessionistas!

Mais uma vez a história ensina que *não se pode separar a Economia da Política*. É artificial a repartição da realidade entre disciplinas. *A verdade é o todo*.

## **4. Pensamento Holista**

### **4.1. Método de Economia Política**

Na Apresentação escrita por João Quartim de Moraes para a Tradução de Fausto Castilho, ambos então professores do IFHC-UNICAMP, ele afirma: “Poucos textos de Marx ocupam posição tão singular em sua obra quanto ‘*O Método da Economia Política*’, terceiro dos quatro tópicos da

“*Introdução à Crítica da Economia Política*” (*Einleitung zur Kritik der Politischen Ökonomie*), conhecida mais simplesmente por *Introdução* de 1857, o mais notável, ao lado do estudo sobre as ‘*Formas que precederam a produção capitalista*’, dos escritos incluídos nos *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, conjunto de manuscritos econômicos redigidos por Marx em Londres durante o biênio 1857-58 e publicados pela primeira vez em Moscou em 1939. A singularidade do texto (...) está em que é a mais longa, densa e sistemática discussão sobre o método na obra de Marx. Ele também tratou do tema no Posfácio à 2ª edição alemã de *O Capital* (1873)”. Só dez anos depois da redação dessa *Introdução* seria publicado, em 1867, o primeiro volume de *O Capital*.

Corazza (1996) afirma que esse método “se define pela natureza da realidade a ser investigada, a realidade social, que não é um aglomerado de partes isoladas, mas forma a totalidade histórico-social, contraditória e dialética. As questões centrais do Método da Economia Política são:

1. o problema das relações entre o abstrato e o concreto,
2. a indução e a dedução,
3. o lógico e o histórico,
4. o indivíduo e as relações sociais, e
5. o problema das relações entre o capital em geral e os capitais individuais”.

Em seu artigo, Corazza acentua a necessidade de se superar tanto o mero conhecimento abstrato das partes como o conhecimento apenas dedutivo da realidade, a partir de leis gerais abstratas. Superação significa manter o que há de frutífero nessas etapas para ir adiante e se atingir o conhecimento abrangente do todo concreto, não de forma descritiva, mas sim analítica. “Conhecer a realidade concreta é um processo que envolve três movimentos:

1. abstrair as partes do todo,
2. analisar suas leis e relações internas, e,
3. finalmente, reproduzir conceitualmente o todo concreto.”

Se a realidade é pressuposta apenas como um conjunto de indivíduos e seus comportamentos isolados, uma simples abstração pode ser o método suficiente para sua análise. Mas se a realidade é concebida como um todo complexo, o Método Dialético, a partir do conflito originado pela contradição entre princípios teóricos e fenômenos empíricos, torna-se o mais adequado. No hegelianismo, dialética é a lei que caracteriza a realidade como um movimento incessante e contraditório, condensável em três momentos sucessivos (tese, antítese e síntese) que se manifestam simultaneamente em todos os pensamentos humanos e em todos os fenômenos do mundo material. No marxismo, é a versão materialista da dialética hegeliana aplicada ao movimento e às contradições de origem econômica na história da humanidade

Desde o primeiro parágrafo de *O Método da Economia Política*, Marx destaca a divisão da população em classes sociais e não em indivíduos e seus comportamentos. Contrasta com a seguinte

boutade de Jorge Luís Borges (1973). “*Existem somente os indivíduos: tudo o mais – as nacionalidades e as classes sociais – é mera comodidade intelectual*”.

Para Marx, “se começasse pela população, haveria de início uma representação caótica do todo, e só através de determinação mais precisa eu chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples”. Será que, hoje, dispondo da Teoria do Caos, não teríamos melhores condições teóricas de analisar essa representação caótica do todo, partindo das interações sinérgicas dos comportamentos individuais?

Já *O Método da Economia Política*, “partindo do concreto representado, chegaria a abstratos sempre mais tênues, até alcançar, por fim, as determinações mais simples. Dali, a viagem recomençaria pelo caminho de volta, até que reencontrasse finalmente a população, não já como a representação caótica de um todo, e sim como uma rica totalidade de muitas determinações e relações”. Não é possível a inversão: quando os marxistas “estarem indo”, os comportamentalistas “estarem vindo”? Em outros termos, partir da experimentação com indivíduos, catalogação de seus vieses heurísticos, formulação de hipótese de interação e/ou comportamento mimético, observação da sinergia, deduzindo então a complexidade ou o caos determinístico?

Dois métodos são distinguidos por Marx:

1. o primeiro parte do todo concreto e chega ao conhecimento abstrato de suas partes;
2. o segundo parte das abstrações feitas pelo pensamento e retorna ao todo concreto, agora reconstruído pelo pensamento.

Marx salienta que, “no primeiro caminho, toda a representação se desvanece em determinação abstrata, ao passo que, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto no plano do pensamento”.

Em resumo, a abstração é o caminho pelo qual o pensamento se apropria conceitualmente da realidade. Mas o conhecimento abstrato é insuficiente para captar toda a realidade, pois é apenas conhecimento das partes, isto é, dos fenômenos isolados. Seria apenas o conhecimento da aparência da realidade e não de sua essência e de seu todo. A abstração é apenas um meio, não é o fim do conhecimento. O conhecimento concreto da realidade, de acordo com Marx, só é possível se as partes, abstraídas do todo pelo pensamento, forem rearticuladas ao todo *concreto*, desta feita, *pensado*.

Nesse sentido, à Economia Comportamental, composta de teorias das decisões, falta justamente a análise macroeconômica da resultante desses decisões individuais interagindo entre si. *O Método da Economia Política* sugere esse movimento: o caminho de volta.

Embora Marx sugira que o destino do método científico correto seria o daquele que parte do abstrato para chegar ao concreto pensado, isto não significa dizer que, como afirma Corazza (1996: 38), “o verdadeiro ponto de partida não seja a realidade sensível, pois está se referindo ao momento da exposição, que foi precedido por todo um trabalho de investigação, momento em que são feitas as

abstrações”. Foi o caso das investigações a respeito dos vieses heurísticos dos indivíduos, realizadas pelas Finanças Comportamentais.

Por isso, sintetiza Corazza, “o conhecimento teórico, que não é apenas o conhecimento abstrato, se realiza percorrendo o caminho de volta, do abstrato ao concreto”. Se não o fizer, seria o caminho trilhado pelos economistas ortodoxos, que ficaram no conhecimento abstrato da realidade, pois começaram pela racionalização do todo vivo, os indivíduos, e descobriram certo número de conceitos gerais abstratos a partir dos quais construíram, dedutivamente, o sistema econômico.

O segundo método, o caminho de volta, que vai do abstrato, o simples, o particular, à reconstrução do todo, é o que Marx classifica como “método cientificamente exato”, mas ele afasta a ideia de “uma representação caótica de um todo”. Por que? Talvez ainda sofresse influência de idealização teórica de um mundo cartesiano? Não seria aceitável deduzir “uma rica totalidade de determinações e relações diversas”, porém, complexa e caótica?

A hipótese (abstração) e a síntese (concretude) formam um único método de conhecimento. Ir do abstrato ao concreto sem ir, no mesmo conjunto de reflexões, do concreto ao abstrato, fazendo a crítica das abstrações, levaria a um conjunto puramente racionalista e idealista de abstrações. Por sua vez, ir do concreto ao abstrato, sem levantar nenhuma hipótese, não se constrói uma teoria, mas simplesmente um conjunto de abstrações desordenadas. Por esse motivo, salienta Corazza, “as abstrações devem ser feitas a partir de um Princípio Unificador, uma pressuposição da existência e uma determinada concepção de O Todo”.

Logo, cada passo da análise e da abstração deve ter em conta, desde o início, esse Todo, que ultrapassa a intuição e a representação. No caso da Macroeconomia Comportamental, *O Todo* não seria uma realidade complexa e caótica, cujo percurso dinâmico passa por inflar e estourar bolhas de ativos, e não é uma situação de permanente equilíbrio estável? Um pensamento sistêmico não se permitiria interpretar as interações sinérgicas entre “átomos” (indivíduos) dotados de “alma” (e mentes) plena de vieses heurísticos, incapazes de interpretar e antecipar esse Todo complexo e caótico, comportamentos que os levam a cometer erros, recorrentemente, produzindo ilusórios (e eufóricos) “efeitos-riqueza” seguidos de dramáticos (em seus pânicos) “efeitos-pobreza”?

#### **4.2 Individualismo Irracional e Loucura Coletiva**

As correntes de pensamento econômico auto classificadas como da “linha principal” [*mainstream*] adotaram, acriticamente, a premissa de que as pessoas são em essência seres racionais e egoístas. Com essa metodologia, homogeneizou-se os diversos comportamentos com fossem unicamente o tipificado como próprio do *Homo Economicus*, o superdotado de um comportamento racional.

Nesse raciocínio, não se leva em conta, por exemplo, o *altruísmo*. Ele é um tipo de comportamento encontrado nos seres humanos e outros seres vivos, em que as ações de um indivíduo beneficiam outro. É sinônimo de filantropia. No sentido comum do termo, é muitas vezes percebida,



também, como sinônimo de solidariedade, componente da ideologia da esquerda que enfatiza o instinto humano da proteção social.

Como vimos, a palavra “*altruísmo*” foi cunhada em 1831 pelo filósofo francês Augusto Comte (1798-1857) para caracterizar o conjunto das disposições humanas (individuais e coletivas) que inclinam os seres humanos a dedicarem-se aos outros. Esse conceito opõe-se, portanto, ao egoísmo, que são as inclinações, específica e exclusivamente, individuais, particularistas ou privatistas.

Contrária ao *altruísmo*, também já vimos que a filosofia e as obras de ficção elaboradas por Ayn Rand (1905-1982) enfatizam, sobretudo, *as noções de individualismo iluminista, egoísmo racional, e liberalismo econômico*. Ela pregava que:

1. o homem deve definir seus valores e decidir suas ações à luz da razão;
2. o indivíduo tem direito de viver por amor a si próprio, sem se sacrificar pelos outros e sem esperar que os outros se sacrifiquem por ele;
3. ninguém tem o direito de usar força física para tomar dos outros o que lhes é valioso ou de impor suas ideias sobre os outros.

O conceito do *altruísmo* tem a importância filosófica de referir-se às disposições naturais do ser humano, indicando que o homem pode ser bom e generoso, naturalmente, sem necessidade de intervenções culturais como religião ou crença. Nada tão distante da concepção idealizada do *Homo Economicus*...

Essa ideia supõe que todo indivíduo tome decisões para maximizar seu bem-estar, baseado em uma avaliação ponderada de todos os fatos. Opta por aquilo que lhe oferece maior utilidade ou satisfação com o menor esforço.

A crença central de Adam Smith (1723-1790) era que a interação econômica humana é ditada sobretudo pelos interesses pessoais. Ao tomar decisões racionais, cada agente econômico procura maximizar seu lucro, ou seja, julga pelo critério de seu próprio interesse, e não por benevolência, pouco se importando com os sentimentos dos demais agentes. Mesmo assim, em economia de livre-mercado, “a mão invisível do mercado impõe ordem”.

Vem dessa postura a recorrente palavrinha-chave do discurso *yuppie* – eficiência –, a visão de que os indivíduos se motivam com o desejo de conquistar o melhor bem-estar possível, gastando ao mesmo tempo o mínimo esforço possível para atingir essa meta. Esta finalidade é particular ou privada, e não coletiva ou social.

Então, os economistas ortodoxos adotam a Teoria da Escolha Racional. Consideram racionais as ações realizadas em razão de um cálculo ponderado do custo e do benefício da realização do objetivo, mesmo que algumas metas pareçam ser bastante irracionais em longo prazo ou sob um ponto de vista coletivo.

Porém, fora dessa abstração idealizada, o mundo real é complexo demais para se cotejar e avaliar todos os fatores relevantes necessários para calcular os custos e os benefícios de cada ação. Na realidade, na maioria das vezes, pensamos e decidimos, rapidamente, com base na experiência específica, no hábito rotineiro, em regras práticas com vieses heurísticos.

Os economistas comportamentais estudam como as pessoas comuns, descendentes do *Homo Sapiens*, ao fazerem escolhas, agem diferentemente do *Homo Economicus* ou do que chamo de *Homo Pragmaticus*. Este é o especulador profissional tomador contumaz de decisões financeiras práticas (Costa; 2009).

O economista norte-americano Herbert Simon (1916-2001) afirmou que “só a racionalidade não justifica as decisões”. Como demonstraram Amos Tversky (1937-1996) e Daniel Kahneman (1934- ), quando se tem de tomar uma decisão, cujo resultado futuro é incerto, as pessoas não calculam ganhos e perdas com probabilidade matemática. Elas são mais influenciadas por aversão à perda ou medo do arrependimento e pelo modo como a questão de apresenta (*efeito enquadramento*) do que pela racionalidade de teorias econômicas.

Simon lançou a ideia de “*racionalidade limitada*”, segundo a qual decisões ruins vêm de limitação de capacidade de processamento de todas informações não imediatamente disponíveis. Recentemente, Alan Greenspan (em sua juventude um dos pupilos de Ayn Rand), que mais tarde se tornou presidente do Banco Central dos Estados Unidos, lançou mão do termo “*exuberância irracional*” para designar a recorrente ocorrência de bolhas de ativos (formas de manutenção de riqueza) na economia de mercado liberalizada.

*Ilusões Populares e a Loucura das Massas* não se refere aos recentes protestos das multidões pelas ruas do Brasil. É o título de um livro escrito pelo jornalista escocês Charles Mackay, em 1841, considerado um clássico estudo psicológico dos mercados e do *comportamento irracional das pessoas em “manada”*. O livro trata de alguns exemplos famosos de especulação financeira. Segundo o autor, ao agir de forma totalmente irracional, em espécie de delírio econômico coletivo, as multidões podem jogar nas alturas os preços de determinado ativo, cujo episódio final é uma queda abrupta. No ato seguinte ao do estouro da bolha, a multidão vê seu dinheiro evaporar!

Sob forma de bolhas econômicas, as multidões compostas de seres individuais supostamente racionais geram loucura coletiva. A plebe rude, em turba, é ignara...

### **Conclusão: Fundamentos Microeconômicos da Macroeconomia Dinâmica Comportamental**

Um desafio, para os economistas, é: como passar da diversidade comportamental microeconômica dos agentes econômicos para uma visão de resultante sistêmica macroeconômica?

Qual é o significado de uma *média ponderada comportamental* como resultante sistêmica? Nenhum... Não há uma predominância sistêmica estável, devido a hipotético “equilíbrio entre comportamentos”.

Há quase sempre dinâmica conflituosa de comportamentos, gostos, preferências, interesses, etc., não? Percebe-se, evidentemente, *viés de alta* ou *viés de baixa* em cotações dos ativos, mas dizer que “a manada se comporta de maneira homogênea seguindo atrás de um líder” cabe apenas em raro caso de “estouro da boiada” e, daí, confirmação do risco sistêmico. Este risco é aquele cuja diversificação de portfólio não mitiga, pois inflam e caem em simultâneo os valores de mercado de todos os ativos – formas diversas de manter riqueza.

De fato, parece que os economistas não chegam a lugar algum procurando um equilíbrio que seja uma média ponderada entre comportamentos distintos. Há algo parecido com quase-uniformidade nos comportamentos apenas em estados de euforia ou de pânico. Fora isso, existe uma heterogeneidade móvel de vieses, preferências, etc. Portanto, o desafio intelectual está em propor *a metodologia de uma macroeconomia do dinamismo* – variações ao longo do tempo – e não do equilíbrio estável.

Este equilíbrio geral (e estável) é uma idealização metodológica. Supõe-se que, em situação de livre-mercado, se alcançaria aquele nirvana, partindo de três premissas:

1. *racionalidade do homo economicus*,
2. *atomismo* dos agentes econômicos incapazes de fixar preços, ou melhor, de impedir a flexibilidade de preços, e
3. *informações perfeitas* acessíveis a todos sem nenhuma vantagem informativa ou assimetria de informações em função da divisão de trabalho ou especialização setorial.

São realistas essas premissas? Em abstração teórica, não se trata do realismo das hipóteses. Todas elas, por definição, fazem uma repartição da realidade e, neste sentido, são todas *abstratas ou não realistas*. O que importa *ex-post*, isto é, após os fatos transcorridos, é se o teste das hipóteses através de suas derivações teóricas obtém satisfatória aderência estatística à realidade.

A idealização do Modelo de Equilíbrio Geral por um teórico neoclássico (León Walras), no final do século XIX, é usada ainda hoje (e em todos os lugares) por tributários dessa corrente principal [*mainstream*] de pensamento econômico. Serve para uma denúncia ideológica poderosa entre seus adeptos contra “os fatores políticos e institucionais que, impedindo o livre funcionamento do mercado, obstaculizam o equilíbrio geral”. Nesta condição hipotética, haveria uma estabilização do sistema de forças antagônicas que atuam na produção, troca e circulação de bens e serviços.

Como a moeda entra nesse modelo apenas para facilitar as trocas, tal como um óleo lubrificante das engrenagens econômicas, a oferta monetária, validando o equilíbrio entre a demanda agregada monetizada e a oferta agregada de bens e serviços, não seria inflacionária. Seriam as condições exógenas ao âmbito dessa modelização, tais como os conflitos sociais e políticos e suas respostas institucionais sob

forma de sindicatos e partidos, via suas mediações por O Governo, que interfeririam naquela atuação ótima de O Mercado.

O que uma visão mundana conflita com essa visão idílica? Os vieses heurísticos dos agentes econômicos e sua dependência da forma de apresentação das decisões financeiras levam à ineficiência do mercado, isto é, aos preços dos ativos não se ajustarem, eficientemente, nem no longo prazo, ao esperado pela análise fundamentalista. As Finanças Comportamentais, no entanto, mostram que é possível criar modelo teórico coerente, fundamentado firmemente em Psicologia e Economia, que pode explicar o padrão complexo de resultados empíricos na área de Finanças.

Suponhamos que o mercado de câmbio tenha apenas dois tipos de investidores:

1. os investidores *racionais*, que se comportam como os *homo economicus* idealizados, e
2. os investidores *quase-racionais*, pessoas comuns que tentam tomar boas decisões práticas, mas cometem erros que seriam previsíveis, portanto, evitáveis.

Suponhamos também que duas moedas, dólar e real, tenham determinados valores de mercado bem fundamentados em termos de:

1. paridade entre o juro interno e o externo,
2. saldo das transações correntes do balanço de pagamentos, e
3. paridade entre poderes de compra doméstico e em país estrangeiro.

Alterando as circunstâncias exógenas, por exemplo, com súbita expectativa de mudança da política monetária nos Estados Unidos:

- os *quase-racionais* antecipam que o dólar tem de ter, desde logo, valor maior do que o real – uma opinião que pode mudar, pois os quase-racionais mudam seus raciocínios, frequentemente, de acordo com as últimas manchetes –,
- enquanto os *racionais* sabem que o dólar e o real tinham paridade bem fundamentada, ou seja, “preços justos”.

Quais condições são necessárias para assegurar que os preços dessas moedas serão os mesmos, como deveriam ser, caso o mercado de câmbio tivesse apenas investidores racionais?

Essa questão é complexa, mas algumas dessas *condições essenciais* são as seguintes.

Primeiro, em termos de valor predominante, *tal mercado não poderia ter muitos quase-racionais*, de maneira que os racionais ficassem marginais.

Segundo, o mercado deve permitir a venda em curto prazo sem dificuldade, então, se os preços estiverem muito elevados, os racionais podem trazê-los para baixo.

Terceiro, *somente os investidores racionais podem vender em curto prazo*, se não, os quase-racionais venderiam real, quando os dois preços estivessem se aproximando da antiga paridade, pois eles

acreditam que o dólar é agora mais valioso que o real. O resultado não alcançaria o equilíbrio fundamentado.

Quarto, *em alguma data futura, a verdadeira relação entre dólar e real deverá tornar-se clara* para todos os investidores.

Quinto, *os racionais deverão ter horizonte temporal longo* o suficiente para aguardar essa data.

Entretanto, essas condições resistem em ser alcançadas na realidade...

Pesquisadores em Economia Comportamental (ou Psicologia Econômica) apontam essa influência dos fatores individuais, abandonando a uniformidade comportamental, suposta pela “racionalidade genérica” do *homo economicus*, no momento de escolher. Reconhecem que há fatores variantes também entre grupos sociais no tocante à capacidade de suportar frustrações, ao tamanho das ambições, e à visão de curto ou de longo prazo. Para dar conta desse todo, *os elementos psicológicos, assim como os filosóficos e os sociológicos, devem fazer parte dos estudos contemporâneos de Economia.*

## **Bibliografia**

ARENDDT, Hannah. Introdução de Celso Lafer. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária; 1983 (original de 1958).

BARBERIS, Nicholas; THALER, Richard. *A Survey of Behavioral Finance*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, Sept 2002. 78p. tb. In: TAHLER, Richard (Ed.). *Advances in Behavioral Finance*. Princeton University Press, 2005. v. II.

BUCKINGHAM, Will et al. *O Livro da Filosofia*. São Paulo: Globo, 2011.

CASTORIÁDIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. *Da Ecologia à Autonomia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

COLLIN, Catherine et al. *O Livro da Psicologia*. São Paulo: Globo, 2012.

CORAZZA, Gentil. Uma Introdução ao Método da Economia Política. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 26; n. Especial, p. 35-50, 1996.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia comportamental: de volta à filosofia, sociologia e psicologia*. Campinas: Unicamp. IE, jul. 2009. 31p. (Texto para Discussão, n. 173).

\_\_\_\_\_. *Comportamento dos Investidores: do Homo Economicus ao Homo Pragmaticus*. Campinas: Unicamp. IE, ago. 2009. 35p. (Texto para Discussão, n. 165).

- COSTA, Fernando Nogueira da. *Macro e Micro: o difícil reencontro depois da separação*. Campinas: Unicamp. IE, nov. 2009. 28p. (Texto para Discussão, n. 171).
- FAMA, Eugene. Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work. *Journal of Finance*, v. 25, n. 2, p. 383-417, 1970.
- \_\_\_\_\_. Efficient Capital Markets II. *Journal of Finance*, 46, p. 1.575-1.617, 1991.
- \_\_\_\_\_; FRENCH, K. Permanent and Temporary Components of Stock Prices. *Journal of Political Economy*, 96, p. 301-325, 1988.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Business Conditions and Expected Returns on Stocks and Bonds. *Journal of Financial Economics*, 25, p. 23-49, 1989.
- KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- KANT. Crítica da Razão Pura (1781). Crítica da Razão Prática (1788). Crítica do Juízo [Julgamento] (1790). São Paulo: Abril Cultural, abr. 1974. (Os Pensadores).
- KELLY, Paul et al. *O Livro da Política*. São Paulo: Globo, 2013.
- KISHTAINY, Niall et al. *O Livro da Economia*. São Paulo: Globo, 2013.
- LIMA, Luiz Antônio de Oliveira. Auge e Declínio da Hipótese dos Mercados Eficientes. *Revista de Economia Política*, v. 23, emprego 4 (92), p. 28-42, out./dez. 2003.
- MARX, Karl. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.
- MACKAY, Charles. *Ilusões Populares e a Loucura das Massas*. Rio de Janeiro: Ediouro, original de 1841.
- MILL, John Stuart. *Princípios de Economia Política: Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (original de 1848). (Os Economistas).
- SHILLER, Robert. *Finance and The Good Society*. Princeton University Press, 2012.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (original de 1776). (Os Economistas).